



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**BRUNA GABRIELLE FERNANDES CUNHA**

**AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA ACOSPER - COOPERATIVA DOS  
TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTA DO OESTE DO PARÁ – NA  
CONSTRUÇÃO DE BASES RUMO AO BEM-VIVER**

**Santarém  
2023**

**BRUNA GABRIELLE FERNANDES CUNHA**

**AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA ACOSPER - COOPERATIVA DOS  
TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTA DO OESTE DO PARÁ - NA  
CONSTRUÇÃO DE BASES RUMO AO BEM-VIVER**

Monografia do Curso de Gestão Pública e  
Desenvolvimento Regional para obtenção  
de grau de Bacharel pela Universidade  
Federal do Oeste do Pará.  
Orientadora: Dra. Giselle Alves Silva

**Santarém  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- C972a Cunha, Bruna Gabrielle Fernandes  
Avanços e limitações da ACOSPER – Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista do Oeste do Pará – na construção de bases rumo ao bem-viver./ Bruna Gabrielle Fernandes Cunha. – Santarém, 2023.  
65 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Giselle Alves Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
1. Cooperativismo. 2. Bem-viver. 3. Críticas ao desenvolvimento. I. Silva, Giselle Alves, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 334.683



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL


No vigésimo sexto dia, do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às quinze horas e cinco minutos, na sala virtual do Google Meeting link: <https://meet.google.com/smj-iftu-psu> realizou-se a Defesa Pública da Monografia na modalidade remota do(a) acadêmico(a) **Bruna Gabrielle Fernandes Cunha**, matrícula 201700787, intitulada: “Avanços e limitações da ACOSPER - Cooperativa dos trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará- na construção de bases rumo ao Bem-Viver”, sob orientação do(a) Profa. Dra. Giselle Alves Silva que compôs a banca examinadora com a Profª. Drª. Zilda Joaquina Cohen Gama Dos Santos e a Profª. Drº Raoni Fernandes Azeredo. O(a) presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do(a) discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final com a nota 9,5 (nove e meio). Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Giselle Alves Silva lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pelo(a) discente.


Profa. Dra. Giselle Alves Silva– Orientador(a)


Profª. Drª. Zilda Joaquina C G Dos Santos - Membro da banca


Profª. Drª. Raoni Fernandes Azeredo – Membro da banca

Bruna Gabrielle Fernandes Cunha – Discente

Documento assinado digitalmente  
 GISELLE ALVES SILVA  
Data: 30/01/2023 18:09:45-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Documento assinado digitalmente  
 ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTO  
Data: 31/01/2023 18:07:10-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Documento assinado digitalmente  
 RAONI FERNANDES AZEREDO  
Data: 31/01/2023 19:26:32-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

 BRUNA GABRIELLE FERNANDES CUNHA  
Data: 31/01/2023 18:22:49-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu esposo que me acompanhou nessa jornada acadêmica intensa e me ajudou nos momentos mais difíceis e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo pelo qual me dediquei a este trabalho.

Aos meus pais que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pelos conselhos e pela amizade incondicional  
A Prof.a Giselle Alves Silva que aceitou ser minha orientadora, e por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar.

Aos cooperados da ACOSPER e os atuais membros da diretoria por terem me ensinado tanto e pela disposição em realizar as entrevistas e reviver o passado.

Ao Projeto Saúde e Alegria por ter me dado a oportunidade de me reconhecer profissionalmente me proporcionado experiências indescritíveis pela Amazônia.

Também quero agradecer à Universidade Federal do Oeste do Pará e a todos os professores do meu curso pela qualidade do ensino oferecido.

“Não há nada melhor do que imaginar outros mundos para esquecer o  
quão doloroso é o mundo em que vivemos”.

(O Nome da Rosa, Umberto Eco)

## RESUMO

O presente trabalho analisa a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará – ACOSPER a partir da sua reestruturação organizacional considerando sua relevância histórica, a valorização do conhecimento dos diferentes atores sociais e o Bem-Viver diante do cenário de atuação da cooperativa. Para tanto, a pesquisa tem como objetivos específicos, descrever o histórico, a estrutura organizacional e as principais frentes de atuação da ACOSPER, identificar os maiores desafios da ACOSPER no fortalecimento de suas bases e identificar as maiores conquistas da ACOSPER no cenário de Bem-Viver. O referencial teórico contextualiza a origem do cooperativismo e sua evolução sócio histórica considerando políticas públicas para a agricultura familiar e a sua consolidação na região Amazônica pois dada a relevância do contexto local no qual a ACOSPER insere-se é possível compreender o fortalecimento da agricultura familiar através do cooperativismo frente ao protagonismo da soja na região. Além disso, o referencial também apresenta o conceito em construção do Bem-Viver e sua relação com o cooperativismo na intenção de desmistificar alguns conceitos enraizados pelo desenvolvimentismo. O estudo pode ser caracterizado como um estudo de caso único, descritivo, de caráter qualitativo, realizado por meio de pesquisa documental, técnicas observacionais e entrevistas. Como resultados, identificou-se que a ACOSPER na sua busca por ser referência regional no ramo das cooperativas agropecuárias ainda possui muito a desenvolver e amadurecer e que suas demandas e necessidades hoje prioriza o fortalecimento de uma base mais esclarecida sobre o verdadeiro sentido do cooperativismo. Todos os fatores elencados reforçam a importância do cooperativismo e do Bem-Viver como alternativas ao desenvolvimento buscando desempenhar um papel transformador na economia, principalmente em articulações regionais, envolvimento local e a ressignificação de uma relação harmônica com a natureza.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Bem-Viver. Críticas ao desenvolvimento.

## ABSTRACT

The present work analyzes the Cooperative of Agroextractivist Workers of Western Pará - ACOSPER from its organizational restructuring considering its historical relevance, the valorization of the knowledge of the different social actors and the Good Living before the scenario of the cooperative's performance. To this end, the research has the specific objectives of describing ACOSPER's history, organizational structure and main fronts, identifying ACOSPER's biggest challenges in strengthening its bases and identifying ACOSPER's greatest achievements in the Good Living scenario. . The theoretical framework contextualizes the origin of cooperativism and its socio-historical evolution, considering public policies for family farming and its consolidation in the Amazon region, given the relevance of the local context in which ACOSPER operates, it is possible to understand the strengthening of family farming through of cooperativism against the protagonism of soy in the region. In addition, the framework also presents the concept under construction of Good Living and its relationship with cooperativism with the intention of demystifying some concepts rooted in developmentalism. The study can be characterized as a single case study, descriptive, qualitative, carried out through documentary research, observational techniques and interviews. As a result, it was identified that ACOSPER in its quest to be a regional reference in the field of agricultural cooperatives still has a lot to develop and mature and that its demands and needs today prioritize the strengthening of a more enlightened base on the true meaning of cooperativism. All the listed factors reinforce the importance of cooperativism and Good Living as alternatives to development seeking to play a transforming role in the economy, mainly in regional articulations, local involvement and the redefinition of a harmonious relationship with nature.

**Keywords:** Cooperativism. Well Live. Criticism of the development



## LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACOSPER	Associação Cooperativa dos Seringueiros, Pescadores e Produtores Rurais
ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLUA	Climate and Land Use Alliance
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONEXSUS	Conexões Sustentáveis
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RESEX	Reserva Extrativista
SAF	Sistema Agroflorestal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 O COOPERATIVISMO E SUA EVOLUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 O cooperativismo: conceito, princípios, ramos e estrutura .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Políticas públicas para o cooperativismo.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 O cooperativismo <i>versus</i> o capitalismo .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4 O cooperativismo na Amazônia.....</b>	<b>24</b>
<b>3 PENSANDO FORA DA CAIXA .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Estranhamentos ao desenvolvimento.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 O Bem-Viver: contexto sócio-histórico .....</b>	<b>30</b>
<b>3.3 A relação do cooperativismo no cenário de Bem-Viver .....</b>	<b>33</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
<b>4.1 Caracterização do estudo.....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 Estudo de caso único .....</b>	<b>37</b>
<b>4.3 Abrangência de estudo .....</b>	<b>37</b>
<b>5 ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>41</b>
<b>5.1 O histórico, a estrutura organizacional e as principais frentes de atuação da ACOSPER .....</b>	<b>41</b>
<b>5.2 As maiores conquistas da ACOSPER no cenário de Bem-Viver .....</b>	<b>46</b>
<b>5.3 Os maiores desafios da ACOSPER no fortalecimento de suas bases .....</b>	<b>53</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo vem desempenhando um papel transformador na economia, principalmente em articulações regionais e envolvimento local. Apresenta-se como uma atividade econômica viável no fortalecimento de cadeias produtivas dos produtos da floresta através da consolidação de cooperativas agrícolas. Além disso, fomenta princípios como cooperação, sustentabilidade, solidariedade, democracia, autonomia, etc. (GONÇALVES, 2020). Pode-se observar nesse cenário, semelhanças ao associar esses valores ao Bem-Viver, pois ambos nos levam a cultivar relações de reciprocidade, respeito e valorização de todas as formas de vida.

Para Suess (2010) o Bem-Viver não é um conceito fácil que se limita com palavras pois o que o torna complexo é a sua multidimensionalidade, considerando que a ancestralidade indígena do Bem-Viver pode ser reconfigurada para a cultura contemporânea. Além disso, o Bem-Viver possibilita a visão de dois caminhos distintos: o primeiro é o resgate do tradicional, da ancestralidade da cultura dos povos andinos pré-coloniais e o outro é a crítica ao sistema opressor capitalista e a luta contra as desigualdades e a acumulação.

No entanto, é importante ampliar o contexto e avaliar o cenário desenvolvimentista pelo qual o cooperativismo e o Bem-Viver buscam se consolidar. Para Gudynas (2016) esses elementos configuram-se como alternativas ao desenvolvimento e enfrentarão uma ideologia enraizada nas narrativas de desenvolvimento, na aceleração da produção e na acumulação do capital. Esse *modus operandi* fundamenta-se em relações sociais mediadas pela exploração e pela alienação, considerando ainda que o crescimento, a expansão e a aceleração tornaram-se palavras chaves, apoiadas por tecnologias cada vez mais sofisticadas, a serviço da substituição de trabalhadores e da maximização dos lucros. (ARAÓZ, 2016)

Nesse sentido, o estudo buscou descrever a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará – ACOSPER, suas experiências e vivências a partir da recente reestruturação organizacional, também considerando e valorizando o conhecimento dos diferentes atores sociais que a compõe. A cooperativa surgiu em 1995 com o propósito de conseguir melhores mercados para comercializar a produção da borracha e fechar parcerias com grandes empresas. Contudo muitos entraves impossibilitaram a sua consolidação, paralisando suas atividades por 9 anos. Desde 2019 que a ACOSPER busca reestruturar-se com parceria de vários apoiadores de várias cadeias produtivas que atua, sendo as principais a meliponicultura e a borracha. Por meio da geração de renda para os cooperados, essas duas cadeias produtivas começam a retomar a confiança na cooperativa, após histórico de instabilidades em sua gestão, e esta passa a trabalhar, por meio de oficinas, o verdadeiro sentido do cooperativismo, nunca

antes explorado entre os cooperados. Além de possibilitar uma rentabilidade na produção, com uma visão ampla de novos mercados, a cooperativa também facilita o acesso ao crédito e as políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a participação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ações essas que fortificam a cooperativa e proporcionam benefícios e facilidades para o fortalecimento da agricultura familiar incentivando a comunidade a produzir mais e gerando o desenvolvimento local.

É diante disso que o trabalho se estrutura, com o objetivo geral de apresentar os avanços e limitações da ACOSPER na construção de bases fortalecidas rumo ao cenário de Bem-Viver. No intuito de se atingir o objetivo geral da pesquisa, faz-se necessário a formulação de objetivos específicos, são eles: a) descrever o histórico, a estrutura organizacional e as principais frentes de atuação da ACOSPER; b) identificar as maiores conquistas da ACOSPER no cenário de Bem Viver, e c) identificar os maiores desafios da ACOSPER no fortalecimento de suas bases.

A justificativa do estudo se dá pela necessidade empírica de registrar experiências organizativas reproduzidas na Amazônia que levem em consideração a cultura, história, valores e respeite o modo de vida existente na região desde antes da colonização; e ainda de avançar teoricamente rumo a outras possibilidades de reprodução de vida social para a Amazônia, fora dos ditames do pensamento hegemônico de desenvolvimento, pautado no produtivismo, consumismo, na acumulação desenfreada, no imperativo do crescimento e progresso linear.

O referencial teórico pautado em duas temáticas principais: cooperativismo e Bem-Viver. O primeiro capítulo discorre sobre o histórico e a evolução do cooperativismo em busca da sua consolidação no Brasil e no mundo. Nesse capítulo serão apresentadas as origens e a evolução sócio histórica do cooperativismo, também o conceito pelo olhar jurídico bem como as políticas públicas que o contemplam além de seu reconhecimento nacional e regional mediante a hegemonia capitalista e a cultura da soja na Amazônia. O segundo capítulo abordará o contexto construtivo do conceito do Bem-Viver, pois ele se configura como uma alternativa ao desenvolvimento. A relação do Bem-Viver com o cooperativismo e, acima de tudo, o desvincilhamento das narrativas desenvolvimentistas e as falácias de “progresso” como primeiro tópico desta seção para que seja possível abrir a mente e olhar para outros mundos possíveis.

Na etapa referente aos procedimentos metodológicos, será abordado a partir de pesquisa exploratória e descritiva um Estudo de Caso estruturado a partir de pesquisa de campo, entrevistas e pesquisa documental, delimitando a abrangência do estudo às regiões de atuação

da ACOSPER. No capítulo seguinte apresentam-se os resultados da pesquisa, respondendo a cada um dos objetivos específicos, de forma a descrever o momento atual, analisando as conquistas e os desafios na reestruturação da ACOSPER e no fortalecimento de suas bases rumo ao Bem Viver.

O trabalho finaliza com as considerações finais, as quais identificam alguns pontos a serem considerados, principalmente relacionados a gestão, bem como a compreensão da relação da cooperativa com o Bem-Viver no contexto regional. Não obstante, a valorização das falas dos entrevistados e a observação em campo foram essenciais na construção de um cenário de compartilhamentos de saberes e práticas e também na possibilidade de uma imersão no tradicional, de exploração de outras culturas, na simplicidade e solidariedade.

## **2 O COOPERATIVISMO E SUA EVOLUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA**

Neste primeiro capítulo será apresentada a história do cooperativismo intimamente ligada a resistência social do movimento operário da Revolução Industrial no século XVIII e como este processo tornou-se base na construção de uma estrutura organizacional sólida. Além disso, é importante aprofundar a compreensão na dimensão legal e na institucionalização como ferramentas no fortalecimento do cooperativismo e, como todo esse processo leva em questão a comercialização e a competitividade, frutos do negócio capitalista. Nesse sentido, é possível observar as dificuldades do cooperativismo em se consolidar com um movimento independente de um sistema dominador, pois seus princípios baseiam-se em valorizar o povo, a cultura e a floresta. Dessa forma, o movimento estrutura-se na organização das bases e no contexto deste trabalho abrangendo a região Amazônica, berço de riqueza, diversidade e ancestralidade. Essas narrativas se conectam para um entendimento da evolução sócio-histórica do cooperativismo frente às adversidades do desenvolvimentismo.

### **2.1 O cooperativismo: conceito, princípios, ramos e estrutura**

A história narra a origem do cooperativismo como fruto do movimento operário no período da Revolução Industrial, século XVIII. Foi na cidade de Rochdale-Manchester, interior da Inglaterra, que a ideia surgiu a partir da insatisfação de 28 operários da indústria têxtil que tinham jornadas longas, condições insalubres e salários baixos. Nesse cenário destoante, no qual a revolução anunciava a prosperidade e o crescimento econômico como resultados desse processo dominante e, por outro lado, a miséria, o desemprego e a má qualidade de vida para milhares de trabalhadores, resultante da exploração da mão de obra nas indústrias, que a primeira cooperativa formal do mundo “Sociedade do Probos Pioneiros de Rochdale” formou-se em 21 de dezembro de 1844, contrariando as bases econômicas de um capitalismo em ascensão. Na busca por melhores alternativas de trabalho, os 28 operários se organizaram, difundiram a ideia para captar novos associados e assim poder superar as dificuldades, desde que fossem respeitados os valores do ser humano e praticadas regras, normas e princípios próprios, ressignificando a lógica do mercado e construindo os pilares que até hoje são essenciais no fortalecimento do cooperativismo (MARRA, 2016). Sendo assim, “o cooperativismo surge como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que estas transformações submeteram o homem da época” (SALES, 2010, p. 29). A história revela como esse movimento resgatou valores como a solidariedade, a igualdade e a democracia, os quais tornaram-se essenciais na superação dessas dificuldades decorrentes de um sistema alienador. De maneira ampla o cooperativismo pode ser entendido, como:

“[...] uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua”. (SALES, 2010, p.24)

É reconhecível o fato de que esse cenário do nascimento do cooperativismo foi inspirado pelos fundamentos do socialismo utópico<sup>1</sup>, tendo como principal representante, apoiador e pioneiro no conceito de cooperativismo, o pensador Robert Owen. Para Zwick (2016) o que tornou Owen destaque no assunto foram suas experiências cotidianas como sócio de uma indústria têxtil, de onde o pensador sentiu a necessidade de realizar mudanças consideráveis resgatando o rural e reestruturando a desordem instaurada pelo sistema capitalista dentro das fábricas. Owen proporcionou aos operários melhores condições de trabalho e conseguiu construir um ambiente que não precisasse explorar trabalhadores e/ou crianças. Contudo, seu projeto não teve incentivo dos seus sócios e nem apoio do estado, além do contexto de um sistema centralizador consolidado, o projeto fracassou, bem como a ideia de colônias rurais autogeridas que criou em 1824 para solucionar a questão social da miséria (ZWICK,2016). Mas Owen estava disposto a remodelar a forma de governo entre governantes e governados, para ele essa dualidade não cessa enquanto a sociedade não se reestrutura como única unidade capaz de alterar esse cenário desigual (CARVALHO (2017) apud BUBER (2007)). Esses projetos de Owen foram fundamentais no incentivo da criação da primeira cooperativa de consumo mencionada acima, também foram pontos chave para difundir o cooperativismo pelo mundo.

“O que diferenciou Rochdale das outras experiências foi seu planejamento de quase um ano de experiência de seus fundadores que já haviam participado de outras organizações e movimentos políticos que buscavam a melhoria da qualidade de vida. Porém, o grande diferencial foi que esse planejamento tomou forma de documento, hoje conhecido como estatuto”. (CANSADO et al, 2014, p. 64)

No Brasil, a concepção de cooperativismo já era praticada pelas tribos indígenas antes do descobrimento, mas foi com as missões jesuítas, em 1612, que se construiu organizações solidárias, fortalecidas pela coletividade e de base comunitária. E em 1847 que o cooperativismo se oficializou no Brasil e fincou raízes no estado do Paraná a partir da formação de colônias com ideais cooperativistas e assim foi-se difundindo pelos estados brasileiros e se diversificando em vários ramos de atuação, mas sem perder sua essência. (MARRA,2016)

---

<sup>1</sup> O Socialismo Utópico é o anseio pelo justo a partir da reestruturação da sociedade e da autonomia comunitária (CARVALHO (2017) apud BUBER (2007)).

Seguindo a linha cronológica, um dos marcos para internacionalização do cooperativismo foi a fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1895, realizada no 1º Congresso Cooperativo em Londres, Inglaterra, o qual reuniu representantes de cooperativas de todo o mundo no intuito de estabelecer os objetivos da ACI, os princípios do cooperativismo e desenvolver o comércio internacional. Segundo o site da ACI<sup>2</sup>, a organização superou diversos entraves ao longo dos anos, não apenas as dificuldades do pós Guerra como também adversidades políticas e de gestão, transformando-se em uma das organizações não governamentais mais antigas do mundo e “uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho das Organizações das Nações Unidas” (CEMZI, 2007, p. 237).

Como um dos objetivos da ACI, foi a definição dos princípios do cooperativismo, tomando por base os princípios rochdelianos, para compor um “conjunto de diretrizes que orientariam as ações das cooperativas no mundo a partir de 1895” (ALVES; FORIANI, 2021, p. 3-4). Portanto, a definição desses princípios assume não apenas o legado de Rochdale, como também as alterações e ressignificações das diretrizes norteadoras reformuladas entre os Congressos da ACI. É possível observar, de acordo com o quadro a seguir, que os princípios cooperativistas sofreram alterações conforme a época em que estavam sendo debatidas.

Quadro 1 – Evolução dos princípios do cooperativismo

<b>PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS</b>			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital Investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	1. Adesão Aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e Internacional	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercooperação 7. Preocupação com a Comunidade

Fonte: Cançado et al. (2014)

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.ica.coop/en/cooperatives/history-cooperative-movement> > Acesso em: 10/10/2022



Tal evolução dos princípios do cooperativismo apresenta uma construção coletiva conforme sua extensão geográfica e as demandas daquele período, e segundo a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), os atuais princípios são aqueles definidos em 1995 (Manchester), que vigoram como norteadores das cooperativas até hoje. Também é possível observar que nessa evolução histórica dos princípios do cooperativismo, a gestão democrática e a educação se mantiveram em todos os cenários, bem como Owen havia proposto em seus projetos: a disseminação da educação cooperativa como fortalecimento na oposição ao capitalismo (SALES, 2010).

A ideia do cooperativismo, após se consolidar em vários países e alcançar um considerável número de adeptos ao mesmo ideal, afirma-se “como uma doutrina social e como um sistema de atividades econômicas” (CASTILHA, 2019, p. 135). Em contrapartida ao protagonismo hegemônico, a cooperação funciona como um dispositivo de transformação social, econômica e cultural em busca de quebrar as barreiras das desigualdades resultantes do sistema capitalista (CARNEIRO, 2019). Nesse sentido, pode-se concluir que o cooperativismo é uma alternativa ao desenvolvimento a fim de ressignificar valores que, atualmente, se perderam nas amarras de um sistema dominante – grifo da autora.

Não obstante ao cenário internacional que possui uma organização de cooperativas, representadas pela ACI; no Brasil o cooperativismo passou a ser representado pela Organização das Cooperativas Brasileira - OCB, a partir de 1969 as cooperativas nacionais puderam contar com esse órgão máximo no fortalecimento do movimento e em sua consolidação como categoria econômica reconhecida nos estados federativos. E como resultado dessa parceria, a OCB estruturou as cooperativas conforme as demandas e as modalidades de mercado, pois apesar dos princípios serem ferramentas norteadoras no desenvolvimento das cooperativas, ainda se faz necessário a diversificação de cooperativas formadas em frentes de atuação. Portanto, “a OCB definiu os segmentos produtivos por ramos, com o intuito de diferenciar uma das outras, para que as cooperativas possam usufruir de direitos e deveres distintos”. (VIEIRA et al, 2021, p.3)

Além do cooperativismo sofrer muitas reformulações conceituais ao longo dos anos, o mesmo também incorreu em um processo de ramificações ao longo de seu processo histórico. De acordo com a Resolução OCB nº 56/2019, até 2019 existiam 13 ramos distintos de cooperativas; em 2020, depois de um amplo processo de discussão entre a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e suas unidades Nacionais e Estaduais, essa estrutura foi diminuída para 7 ramos para organizar melhor as atividades exercidas, as quais podem ser identificadas no quadro a seguir conforme, a Resolução OCB nº 56/2019, que regulamenta a

classificação dos ramos:

Quadro 2 – Os sete ramos do cooperativismo

Ramos	Composição	Vantagens	Novidades
<b>AGROPECUÁRIO</b>	Composto por cooperativas que se destinam a prestação de serviços relacionados às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, o(s) meio(s) de produção.	A formação da cooperativa agrega valor à produção e melhora a concorrência no mercado. Outro ponto positivo é que, como cooperados, eles também podem contar com assistência técnica e fomento à tecnologia.	As cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural passam a integrar o Ramo Agropecuário.
<b>CONSUMO</b>	Composto por cooperativas que se destinam, por meio da mutualidade, à compra em comum de produtos e/ou serviços para seus cooperados. Existem dois tipos de cooperativas de consumo: a fechada, que admite apenas pessoas ligadas a uma mesma profissão ou organização; e a aberta, que admite qualquer pessoa que queira se associar.	A ideia é somar o poder de compra de todos para reduzir custos de bens e serviços e oferecer melhor atendimento e segurança para os cooperados	Este ramo passa a englobar parte das cooperativas do Ramo Educacional, e do Ramo Turismo e Lazer, na modalidade em que os cooperados adquirem, por intermédio da cooperativa, serviços turísticos.
<b>CRÉDITO</b>	Composto por cooperativas que se destinam, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus cooperados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro.	As cooperativas de crédito conseguem oferecer taxas, tarifas e prazos mais adequados à realidade financeira dos seus cooperados	O ramo segue sem alterações.
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados à infraestrutura a seus cooperados.	O cooperativismo de infraestrutura leva qualidade de vida e desenvolvimento econômico para todos os cantos do país, principalmente para as regiões mais distantes do Brasil.	O ramo começa a incorporar algumas atividades de energia elétrica, irrigação, telefonia, telecomunicação, saneamento básico, infraestrutura rodoviária e ferroviária, construção civil e, habitação.
<b>TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	Composto por cooperativas que se destinam, a organizar, por meio da mutualidade, a prestação de serviços especializados a terceiros ou a produção em comum de bens.	Neste Ramo os trabalhadores se transformam em donos do seu próprio negócio. Os cooperados participam de todos os processos operacionais e administrativos, e da divisão dos resultados.	Este ramo soma forças com os Ramos Trabalho, Produção, Mineral, Especial, parte do Ramo Turismo e Lazer e parte do Ramo Educacional.
<b>SAÚDE</b>	Composto por cooperativas que se destinam, a prover ou	As cooperativas deste ramo englobam	Cooperativas compostas por outros

	adquirir serviços dedicados à preservação, assistência e promoção da saúde humana, constituídas por profissionais da área da saúde ou usuários destes serviços.	cooperativas de médicos e de todas as profissões classificadas no CNAE 86 como “atividades de atenção à saúde humana”.	profissionais, ainda que ligados à área de saúde, mas não enquadrados no CNAE 86, deverão ser classificadas no Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços.
<b>TRANSPORTE</b>	Composto por cooperativas que se destinam, a organizar a prestação de serviços de transporte de cargas e/ou passageiros, cujos cooperados detêm, a qualquer título, a posse ou propriedade do(s) veículo(s).	O cooperativismo oferece condições para que os transportadores coletivos, individuais e de cargas exerçam sua profissão com mais dignidade e oportunidades.	Passa a exigir a posse ou propriedade do veículo pelo cooperado e, também, a englobar parte das cooperativas do Ramo Turismo e Lazer.

Fonte: Adaptado da Cartilha da OCB (2019)

A reorganização desses ramos foi motivada pelo fato da representatividade em alguns dos antigos 13 ramos não ser suficiente para compor os conselhos, além do mais algumas cooperativas restringiam-se em atuações muito específicas, o que tornava o processo de organização de ações e atividades complexo. Por isso, os antigos ramos: a) Educacional, b) Especial, c) Habitacional, d) Mineral, e) Produção, f) Trabalho, g) Turismo e Lazer; foram reagrupados nos ramos de Consumo, Infraestrutura, Produção de bens e serviços e Transporte, como forma de ampliar o espectro de atuação, considerando a quantidade de cooperativas por cada ramo e aspectos legais e tributários para adequar as operações das cooperativas sem precisar, necessariamente, mudá-las (VIEIRA et al, 2021).

A OCB foi um marco na história do cooperativismo brasileiro, com essa representatividade o movimento se fortaleceu e propagou-se legalmente permitindo mais autonomia aos associados e incentivos às atividades cooperativistas. Dois anos após a fundação da OCB foi instituída a lei 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. A lei foi definida como aquela “que prevê a coordenação do sistema cooperativo por parte do poder público, especialmente por parte do poder público federal. As principais ações governamentais ocorrem por meio de estímulos creditórios e financeiros” (FERRAZ et al, 2011, p.184-185). Nesse sentido, é importante destacar os artigos 3º e 4º desta lei para uma compreensão definitiva ao que de fato determina uma cooperativa e suas características:

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Além do mais, esta lei buscou estruturar o cooperativismo através de instrumentos que são fundamentais na constituição de cooperativas. “A sociedade cooperativa é constituída a partir de um ato de vontade dos cooperados, que é formalizada pela deliberação da Assembleia Geral dos fundadores. Na deliberação da assembleia é aprovado o Estatuto<sup>3</sup> da Cooperativa e são eleitos seus primeiros dirigentes” (FERRAZ et al, 2011, p. 184-185). A Assembleia geral é o órgão supremo da sociedade cooperativa, têm poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao seu desenvolvimento e defesa (art. 38 da Lei 5.764/71). As assembleias também se constituem como uma ferramenta do princípio da gestão democrática e participativa, podendo ser de dois tipos: a ordinária, onde “são realizadas anualmente, nos 3 primeiros meses após o término do exercício social” (art. 44 da Lei 5.764/1971) e; a extraordinária onde serão realizadas sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação (art. 45 da Lei 5.764/1971). Já os órgãos administrativos, segundo o art. 47 da Lei 5.764/1971 prevê que a cooperativa será administrada por uma diretoria ou conselho de administração, compostos por cooperados eleitos pela assembleia geral, que tenham mandato nunca superior a 4 anos. A administração da sociedade será fiscalizada pelo conselho fiscal que será constituído por 3 membros efetivos e 3 suplentes, permitida apenas a reeleição de 1/3 de

---

<sup>3</sup> O estatuto é a lei orgânica da cooperativa, onde ficam definidos a forma jurídica, sede e foro do empreendimento, seus objetivos, forma de administração, direitos e deveres dos associados e todos os demais aspectos referentes à sua existência e funcionamento.

seus componentes” (art. 56 da Lei 5.764/1971). Ainda no tema da estruturação, as sociedades cooperativas podem se classificar da seguinte forma:

Quadro 3 – Classificação das cooperativas

<b>Cooperativas singulares</b>	<b>Cooperativas centrais ou federação</b>	<b>Confederações de cooperativas</b>
Precisam ter, no mínimo, 20 pessoas físicas; Prestam serviços diretos aos associados.	Constituída por pelo menos 3 singulares; Organizam os serviços das filiadas para facilitar sua utilização.	Constituída de, no mínimo, 3 centrais de qualquer ramo; É uma cooperativa para as federações organizarem seus serviços.

Fonte: autora (2022)

Diante disso, segundo o art. 10 da Lei 5.764/71 a classificação das cooperativas se sucede diante das atividades que tanto a instituição quanto seus associados desenvolvem, fazendo-se necessário entender as dimensões e os objetivos da organização.

Por fim, será imprescindível expandir os fundamentos legais para melhor compreensão do papel do Estado na formação das cooperativas e as políticas implementadas para o fomento das atividades da agricultura familiar. Sendo assim, o próximo capítulo trará a repercussão legal na qual o cooperativismo teve suporte em busca da sua consolidação no mercado institucional.

## 2.2 Políticas públicas para o cooperativismo

Considerando o estudo de caso deste trabalho, o presente capítulo tratará de políticas públicas voltadas ao mercado institucional, com foco no cooperativismo agropecuário, em virtude de ser o ramo principal do objeto a ser analisado - ACOSPER. Freitas (2021), presidente da OCB, afirma que a consolidação das cooperativas na modalidade agropecuária permitiu que produtores rurais da agricultura familiar conseguissem melhorias na produtividade a partir da inserção de tecnologias avançadas e assistência técnica personalizada, além da valorização dos produtos em diferentes escalas do mercado competitivo. Com esses avanços a atividade alcançou números relevantes para a produção nacional, e, agricultores, extrativistas e

pescadores obtiveram suporte através de políticas públicas <sup>4</sup> para geração de trabalho e renda.

Segundo Tagore *et al* (p. 2, 2018) “as políticas públicas de incentivo à produção rural na Amazônia, em especial uma política de crédito criada em 1995 chamada Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, configurou às organizações sociais acesso a financiamentos, contribuindo para um cenário participativo, igualitário e de valorização das atividades rurais.

Para ter acesso a esse programa é realizado um cadastro mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que permite ao agricultor familiar ter acesso às políticas públicas destinadas a este segmento. Trata-se da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que contém informações sobre a família, a propriedade, a produção e a fonte de renda de agricultores familiares de todo o Brasil. O nível de detalhamento sobre tipos de produtos (e rendas associadas a eles) desta base permite a realização de análises que não são possíveis de serem feitas nem mesmo com os micro dados do Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [...] o que permitiu traçar um amplo retrato da diversidade produtiva na agricultura familiar brasileira. (SAMBUICHI *et al*, p. 10, 2016)

Portanto, os incentivos do PRONAF atenderam as demandas da agricultura familiar em primeiro plano, de forma organizada e burocrática, o que possibilitou os avanços das atividades rurais face à hegemonia capitalista, tornando-se uma categoria social com acesso à crédito e formada por produtores capazes gerar renda a partir da mão de obra familiar rural, mas ainda postulando ferramentas de acesso ao mercado. Dessa forma, a partir dos anos 2000, as reivindicações direcionaram não apenas o incentivo à produção como também à inserção ao mercado institucional a partir de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), valorizando a organização de cooperativas para integralizar os programas, contribuindo para o desenvolvimento local e a articulação entre campo e cidade (SANTOS, 2016).

Os governos, considerados um dos maiores consumidores do mercado, podem aumentar e diversificar a demanda e a oferta de produtos advindos da agricultura familiar. Dessa forma, um consumo mais sustentável tornar-se-ia protagonista numa economia de escala, proporcionando maior qualidade de vida e a preservação da floresta em pé, fatores estratégicos em ações governamentais. Nesse sentido, o PAA, como política inovadora, abrange a sustentabilidade como elemento essencial e o incentivo da diversificação da produção de alimentos para o consumo local a partir da compra direta dos produtos da agricultura familiar

---

<sup>4</sup> O conceito de política pública relaciona-se com vários cenários, não apenas o social como também o econômico, a ciência política e a gestão em busca de configurar as ações do Estado num interesse comum (SOUZA, 2006).

destinados à doação e também a formação de estoques estratégicos do governo. As práticas de produção também foram padronizadas para cumprir as regras de segurança e qualidade alimentar exigidas pelo programa, incentivando ainda mais o consumo de produtos orgânicos e agroecológicos. Ainda como benefício do PAA, podemos citar o fortalecimento das organizações de produtores pelo estímulo ao associativismo e cooperativismo, garantindo o aumento de renda e proporcionando aos jovens melhores oportunidades para continuar o legado da agricultura familiar. Contudo, alguns entraves são encontrados quando se trata de exigências burocráticas para participação do programa, principalmente no que se refere ao acesso à DAP, tais como: o preenchimento incorreto da documentação, o não cumprimento dos requisitos necessários indicando a falta de experiência nesse processo e/ou a desatenção ao edital do programa que resulta numa gestão incapacitada para atender as demandas institucionais das organizações (SAMBUICHI *et al*, 2014).

A implementação das políticas públicas por intermédio de cooperativas consiste em influenciar diferentes atores sociais presentes no contexto local, dado que a burocracia para o acesso passou a incentivar a constituição de cooperativas para atuarem como entidades articuladoras entre a produção familiar e o mercado institucional. (SANTOS, p.4, 2016).

Outra política de abertura ao mercado institucional é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para Sambuichi *et al* (p.96, 2014),

Este programa atua de forma complementar ao valor investido pelos estados e municípios para custear a alimentação servida nas escolas da rede pública. Até recentemente, as compras continuavam sendo feitas por meio de monopólios ou oligopólios, com aquisições centralizadas, pouca preocupação com o cardápio e sob o marco estrito da Lei das Licitações. Tampouco havia reserva de mercado para os agricultores familiares que, diante destas condições, tinham pouca participação neste modelo de compras públicas.

Não muito distante dos objetivos do PAA, o PNAE é uma política mais antiga sancionada em 1955, foi a partir da Lei 11.947/2009 que esse programa se reestruturou em novas regras e permitiu que a alimentação escolar fosse composta por pelo menos 30% da produção da agricultura familiar. A lei possui em suas diretrizes, assim como no PAA, o incentivo à sustentabilidade e a diversificação da produção local. Possibilitando também maior valor nutritivo e segurança alimentar, conforme o artigo 12 observa, “a preocupação alimentar e nutricional, incluindo o respeito à cultura e à tradição alimentar local” (SAMBUICHI *et al*, p.97, 2014).

A criação de políticas públicas para atividades da agricultura familiar firma-se como estratégicas na configuração de um cenário de desenvolvimento rural e sustentável no país, tornando os produtores protagonistas de uma luta constante contra o agronegócio, pela valorização do trabalho e do modo de vida tradicional. Assim, o cenário da urbanização e do êxodo rural tornam-se última opção para as famílias que conseguem se beneficiar dessas políticas públicas, oferecendo aos jovens maior oportunidade de trabalho com as atividades no campo e a articulação de comercialização na cidade (SANTOS, 2016).

Contudo, pode-se observar que as políticas públicas mencionadas até aqui, contemplam apenas um ramo do cooperativismo, o agropecuário, onde se enquadra a agricultura familiar. Mas, de um modo geral “analisando as políticas públicas relacionadas ao cooperativismo, verificamos que não há uma política integrada, ainda que tal, tenha sido previsto em legislação federal” (ROSSI, p. 64, 2010). Ou seja, a lei 5.764/71 apesar de fomentar às políticas públicas que atendam às demandas das cooperativas, não são todos os ramos que possuem um programa ou um incentivo como o das cooperativas rurais. Isso porque, essa modalidade é a que mais gera fluxo financeiro e de maior produção e escala, pois atinge não apenas o mercado institucional como também agroindústrias, parcerias privadas e exportação, sendo também a mais suscetível a trilhar os caminhos do “progresso” capitalista – grifo da autora.

Face ao exposto, o próximo capítulo abordará os caminhos e descaminhos do cooperativismo diante da hegemonia capitalista e as principais diferenças entre essas modalidades econômicas, visto que o ramo em questão é o agropecuário e o capitalismo tendo aqui se limitado ao desenvolvimento do agronegócio e suas múltiplas adjetivações.

### **2.3 O cooperativismo *versus* o capitalismo**

Dentro do próprio conceito de cooperativismo já mencionado neste trabalho por Sales (2010), podemos observar a intenção econômica frente às concorrências do mercado, ou seja, o cooperativismo é, de fato, um modelo de negócios, uma empresa juridicamente constituída que possui bens ou serviços, a depender do ramo que atua, para comercializar. Não muito diferente de outras empresas que fazem jus ao modelo capitalista. Diante disso, é importante salientar neste capítulo, a compreensão necessária sobre este modelo e como o cooperativismo está, de alguma forma, ligado a isso.

O capitalismo, como atual modo de produção hegemônico, carrega consigo a narrativa de desenvolvimento e progresso aliados a acumulação de capital (ESCOBAR, 2005), estes fatores são estratégias de alienação na qual todos os países almejam ou já usufruem – grifo



da autora, criando uma lógica perversa a qual determinou o “paradoxo da abundância” que para Acosta (2016) corresponde a condenação daqueles países que quanto mais recursos naturais possuem, menos se aproximam do progresso dos países centrais (desenvolvidos) e permanecem assim, nessa dinâmica inversamente proporcional, destinados ao “fatalismo tropical”. Essa relação centro-periferia, desenvolvidos e subdesenvolvidos é acompanhada de uma abordagem estruturalista condicionada à Teoria da Dependência a qual “argumenta que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna e não na suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos” (SILVA, 2016, p.40). Dessa forma, depreende-se que os países que não são considerados desenvolvidos, apesar de utilizarem o modelo capitalista em suas economias, não avançam de “posto” pois precisam continuar sendo colônias para àqueles países que já chegaram ao poder extremo – grifo da autora. Para Silva (2016), os países periféricos possuem como sua atividade principal de produção a exportação primária - modelo herdado desde a colônia – que além de incentivar um “desenvolvimento para fora” também, necessita cada vez mais de incentivos de países de fora para manter nossa economia a partir de um sistema de “cooperação ao desenvolvimento”, isto é, a necessidade da ajuda de países desenvolvidos numa cooperação aos países em desenvolvimento na superação das dificuldades econômicas e sociais. Para Lacerda (2009, p.1) a crença no desenvolvimento está num “ponto de chegada onde tudo estará melhor” e isso acontece quando esse sistema é capaz de convencer que é o único que pode oferecer melhores condições de vida e o rumo para o progresso. Assim, conforme Escobar (2005) afirma, o desenvolvimento tem suas projeções almejadas do macro pro micro, abstraindo as raízes culturais, o tradicionalismo para quantificar-se em gráficos de progresso aliados a uma supremacia cultural.

O capitalismo foi investido de tal predominância e hegemonia que se tornou impossível pensar a realidade social de outra maneira, muito menos imaginar a supressão do capitalismo; todas as outras realidades (economias de subsistência, economias biodiversificadas, formas de resistência do Terceiro Mundo, cooperativas e iniciativas locais menores) são vistas como opostas, subordinadas ao capitalismo ou complementares a ele, nunca como fontes de uma diferença econômica significativa. (ESCOBAR, p. 75, 2005)

Dessa forma, relacionando ao conceito de cooperativismo apreende-se que a cooperação ressignificou seus objetivos face às estratégias econômicas do mercado a partir dos incentivos à reestruturação produtiva.

Atenta-se à maneira pela qual a cooperação tem seu significado mistificado no atual

modelo econômico. De forma capitalista de exploração da classe trabalhadora, transmuta-se, atualmente, no propalado ideário da solidariedade. Essa ideologia aponta que as classes devem ser “solidárias” entre si, empresas terceirizadas e contratantes precisam “cooperar mutuamente” e trabalhadores e capitalistas “compartilham” de objetivos comuns. As cooperativas, imersas nesta contradição, convertem-se, mistificadamente, de estruturas adequadas à flexibilidade demandada pelo mercado em unidades econômicas voltadas a fins socialistas. (AMORIM, p.5, 2011)

Para Rossi (2010), o cooperativismo se assemelha à uma empresa privada e seus aspectos conservadores, mesmo considerando essas características necessárias, mas não fundamentais, é um risco que se propuseram a ter, na busca pela consolidação no mercado, às suas raízes solidárias e renovadoras. Nesse cenário, que a autora desmistifica o conceito e a originalidade do cooperativismo contemplada no caso de Rochedalle e seus componentes socialistas como uma falácia moldada às lógicas capitalistas que foi disseminada nos países como cooperativismo moderno, um conceito totalmente distorcido da realidade que se tornou uma proposta complementar do capitalismo. Diante disso, Rossi propõe dois caminhos para o cooperativismo o primeiro, o cooperativismo popular, pautado nas bases da economia solidária<sup>5</sup>, da não conformidade com as políticas públicas assistenciais, nem com a institucionalidade e o outro, o cooperativismo empresarial, configurado numa lei federal e consolidado na área rural aliado ao grande capital, ou seja, um modelo agroindustrial de controle social. Para Azerêdo *et al* (p. 119, 2018), “é fato que persistem experiências cooperativistas que preservam esse ímpeto originário de combatividade e resistência à dominação e exploração capitalista, enquanto outras degeneraram e foram apropriadas e adaptadas à dinâmica capitalista.

O abismo existente entre o discurso da economia solidária enquanto perspectiva de outro modo de produção e as políticas realmente implementadas nos levou a perceber que a institucionalização por si só não garante a formulação de políticas públicas adequadas aos anseios e necessidades desse movimento (ROSSI, p. 71,2010).

Contudo para Paul Singer (2001), a economia solidária torna-se elemento na construção social capitalista, onde a acumulação de capital e o progresso técnico compreende o nível de competição no mercado. Diante disso, o autor afirma que uma cooperativa faz jus aos seus princípios coletivos até certo ponto, quando ela consegue “resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidários”

---

<sup>5</sup> A noção de economia solidária remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade, ou seja, significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado (FILHO, p.13,2022).

(SINGER, p. 109, 2001). Da mesma forma, Azerêdo *et al* (2018) pontua sobre o desenvolvimento estratégico dos movimentos, incentivados pelo cooperativismo coletivo e opostos àqueles descaracterizados pelo sistema capitalista, a partir da Economia Solidária e as articulações para um novo modo de interação no campo pautado numa perspectiva ecológica e sustentável. Tendo em vista que

Os camponeses são fortemente impactados com a expansão do modelo do agronegócio, uma vez que suas áreas são cercadas, famílias são expulsas das terras, e em alguns casos se reinstituem práticas escravistas no trabalho agrícola, afora a crescente contaminação por agrotóxicos e transgênicos. E, fundamentalmente, porque o Estado brasileiro é sequestrado em função de exercer os interesses de dominação do agronegócio, em detrimento dos interesses dos camponeses e da maioria da população brasileira. Esses dois polos em disputa permanente, desde o período da ditadura militar, compõem o território sobre qual modelo de desenvolvimento para o campo prevalecerá (AZERÊDO *et al*, p. 126, 2018).

Nesse sentido, considerando o cooperativismo agropecuário o mais pertinente para economia capitalista e, tendo consciência que o desenvolvimento rural ressignificou-se para uma “nova ruralidade” mais adaptada às lógicas do capital e complementar ao modelo urbano, superando a perspectiva de atraso e pobreza. Contudo, para Lobão e Staduto (2020) esse desenvolvimento deve transcender o aspecto agrícola potencializando suas estratégias não apenas para o incentivo da produção como também para a valorização do produtor e da sua conexão com seu modo de vida. A conexão de atividades que antes eram consideradas opostas, como o urbano e rural, agora são consolidadas para uma mesma intenção, resultando em produtos e serviços inovadores e contribuindo para o fortalecimento regional, geração de emprego e renda e maior autonomia aos produtores. Portanto, a partir dessa busca da compreensão de um cenário local que a próxima seção abordará a repercussão do cooperativismo na Amazônia, tendo em vista sua dimensionalidade rural e o potencial natural nos diferentes contrastes resultantes do protagonismo do agronegócio e da cultura da soja.

## **2.4 O cooperativismo na Amazônia**

A Amazônia com sua gama de riquezas naturais, potencialidade cultural, extensibilidade seja de florestas, rios e povos e um legado histórico complexo ilustra uma ótica de percepções variadas, que enxergam a Amazônia tanto como um produto à venda quanto como um mundo a ser descoberto. Essas visões antagônicas possuem intenções e direcionamentos diferentes em relação ao recurso e potencial natural e cultural que habitam nessa região. Contudo, Alves (2016) pontua que apesar dessa exuberância, sua construção histórica abraçou a variável econômica aos moldes da modernidade e do progresso e sujeitou a

sua essência à lógica do mercado. Nesse sentido, grandes empreendimentos se instalaram em diversas cidades da Amazônia, em especial àquelas estrategicamente localizadas para o escoamento de *commodities* bem como as que possuem uma gestão frágil e de grande potencial natural, principalmente após a construção das rodovias federais pois possibilitou uma integração nacional e internacional.

[...] mais de 600 empresas transnacionais passaram a investir maciçamente na Amazônia brasileira, levando a produção de um novo quadro de relações entre o homem e a natureza regional. A exploração capitalista se apresenta cada vez mais forte, principalmente depois de 1970, quando é lançado o Plano de Integração Nacional tendo como meta o estabelecimento de uma infraestrutura capaz de interligar todo o país visando maior dinamização econômica. (SOUZA e LINDO, 2016, p. 79)

A partir dessa necessidade de se estabelecer infraestrutura e logística para a região, possibilitou-se também a expansão da fronteira agrícola na Amazônia a partir da ocupação de grandes corporações agroindustriais na Amazônia e a produção da monocultura em larga escala. A região apresentará uma nova dinâmica territorial, reestruturada em benefício dos mecanismos da produção capitalistas os quais Silva (2006) pontuou sobre a fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia:

A dinâmica territorial promovida pela expansão da fronteira da soja na Amazônia constitui processo de apropriação privada de enormes chapadas, campos abertos e de matas, de modo a inserir lugares às redes de modernização agrícola de conexões globais vinculadas às práticas das corporações do agronegócio. (SILVA, 2006, p. 3)

Sendo assim, o processo de expansão da fronteira agrícola contribuiu para uma nova dinâmica espacial na Amazônia, a qual, segundo Silva (2008), se expandiu em direção aos campos e florestas e compôs uma grande área de plantações contínuas nas regiões<sup>6</sup> que são as principais rotas de circulação para a exportação do grão. Os autores Sousa *et al* (2019) afirmam a necessidade de conhecer e reconhecer o território e vegetação local que estão integrados no processo de produção agrícola avaliando as possibilidades de manejo para um melhor aproveitamento e pela sustentabilidade, planejando ações conforme as realidades específicas.

Para Witkoski *et al* (p. 91, 2020), “o território expressa os processos históricos que o constituíram e que o constituem, dialeticamente, por isso não podem estar à mercê dos processos mais amplos do rural amazônico”. Dessa forma, o território amazônico reflete uma acomodação num sistema que dita as regras e imobiliza as atuações no espaço, transformando-o num “ringue” de interesses onde de um lado está uma resistência que não se submete as

---

<sup>6</sup> Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Rondônia, Amazonas e Pará (Silva, p.6, 2008)

amarras do sistema e de outro àqueles passíveis das narrativas ardilosas sobre progresso – grifo da autora. Outro assim, a agricultura familiar na Amazônia, apesar de ter sido invisibilizada pela repercussão econômica da monocultura, tem-se formado uma resistência de movimentos de base cooperativista que aliados à gestão rural propõe a reversão dessa estratégia excludente em busca do fortalecimento das raízes históricas e culturais (WITKOSKI *et al*, 2020)

Além disso, as comunidades amazônicas precisam da perspectiva das cooperativas e associações pois todos os processos relacionados a geração de renda, valorização social, cultural e ambiental das comunidades que visam projetos e ações de desenvolvimento sustentável, são decorrentes de processo organizativo. Dessa forma, a organização comunitária pode colaborar para a sobrevivência da região, pois “há muitas organizações que se voltam para o fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis realizadas por extrativistas e agricultores no interior da floresta” (SILVA *et al*, p. 205, 2019). Entretanto, esse processo requer um nível de amadurecimento dos aspectos socioeconômicos, culturais e políticos das comunidades, como também uma ação de contrária ao avanço de outras estratégias econômicas, pautadas pela degradação florestal e homogeneização da paisagem e isso se dá a partir do momento que superam o individualismo e consideram o coletivo como ferramenta para constituir resistências, alianças, trocas de saberes que se fortalecem como movimentos sociais. (SILVA *et al*, 2019)

Nesse contexto, pode-se afirmar que o cooperativismo na Amazônia vem “colaborando na materialização de uma economia alternativa, cuja base é a solidariedade, a cooperação, a sustentabilidade, e o bem viver” (AZEREDO, p. 92, 2018). Pois, o cooperativismo torna-se uma ferramenta fundamental no acesso de políticas públicas, na capacitação e educação bem como no acesso a assistência técnica de extensão rural (ATER) numa dinâmica complexa entre elementos imbricados que se interligam no arranjo da sustentabilidade e da solidariedade. Constituindo uma “governança alternativa, explicitadora de novos olhares paradigmáticos e epistemológicos da gestão rural que, se bem trabalhada, pode se transformar em uma gestão diferenciada” (AZEREDO, p. 93, 2018). Nesse sentido, a próxima seção irá analisar o cenário que o Bem-Viver busca espaço para se consolidar e as provocações constituídas pelo pós-desenvolvimento<sup>7</sup> às narrativas que o capitalismo utiliza como estratégia de alienação.

---

<sup>7</sup> Teoria crítica ao desenvolvimento como um modelo a ser suprimido e repensar em formas alternativas de organização da vida em sociedade.

### 3 PENSANDO FORA DA CAIXA

Neste capítulo será abordado estranhamentos e alternativas ao desenvolvimento na intenção de compreensão em amplo espectro sobre as façanhas do atual modo de vida da sociedade. A ideia é trazer provocações e ainda uma possibilidade para construir um futuro diferente a partir da relação positiva com a natureza e todos os elos que envolvem esse sistema de abundância. Contudo, não se pode afirmar impossível a busca por esse Bem-Viver, apesar da dificuldade de desenraizar, desalienar e desacomodar uma cultura marcada pelo consumismo e pela acumulação e, por isso, os próximos capítulos da história do futuro da humanidade deverão ter como pauta principal um mundo mais justo, sustentável, coletivo e solidário.

#### 3.1 Estranhamentos ao desenvolvimento

Do ponto de vista etimológico, a palavra desenvolvimento por possuir um prefixo de negação *-des*, pode expressar uma ação contrária ao que foi historicamente programado, dessa forma, quando há a substituição do prefixo original por outra negativa, constata-se que a palavra desenvolvimento poderia ser também compreendida como “não envolvimento”. Nesse sentido, “a ideia de desenvolvimento deve ser entendida como o envolvimento de diferentes sujeitos nos processos decisórios e participativos para promover de forma equitativa as transformações socioambientais de forma sustentável” (MACIEL, 2018, p. 46). No entanto, esse conceito passou por diversas transformações a fim de lidar com problemas sociais e com a intenção de tornar-se duradouro e sempre atualizado de acordo com a modernidade (RADOMSKY et al, 2016). Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento passou a ser um termo interdisciplinar, englobando diversos cenários e várias concepções surgiram contribuindo para uma diversificação estratégica. Segundo Esteva (2009), o desenvolvimento articulou-se em “adjetivos cosméticos” – adotou adjetivos como liberdade, sustentável, regional, etc. E por muito tempo, o principal adjetivo do desenvolvimento foi o econômico, isso porque essa extensão estava associada a indicadores de crescimento econômico como o Produto Interno Bruto (PIB) e a Renda *per Capita* como os principais critérios que declararam um país a ser desenvolvido. Isso porque o *hanking* de países desenvolvidos pouco aumentava pois os países subdesenvolvidos não detinham os avanços suficientes para subirem ao pódio e disputar por melhores posições (LEÃO, 2017). O lapso desse processo foi o de igualar o desenvolvimento ao crescimento econômico, pois isso simplificou seu conceito e o limitou à variável econômica sem se preocupar com os custos sociais e ambientais. Isto sugere que essas novas roupagens do desenvolvimento “vão desde a defesa de sua relevância, até às argumentações de que o mesmo não passa de ilusão ou mito fadado a total esgotamento” (LEÃO, 2017, p.1).

Não obstante, o extrativismo é outro conceito que também quebrou os paradigmas da literalidade ao ser reavaliado por Acosta em sua obra “Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição” a qual propõe um estranhamento da palavra extrativismo sugerindo que, do mesmo modo que o desenvolvimento possui vários adjetivos na tentativa de se ressignificar para um mesmo objetivo – grifo da autora, o extrativismo é também um conceito equivocado pois não se limita apenas a extração de recursos florestais, como é normalmente conhecido, mas sim a extração em larga escala de minérios, extração agrária e pesqueira, extração de petróleo, todos destinados ao único fim de exportação. (ACOSTA, 2016)

Na prática, o extrativismo tem sido um mecanismo de saque e apropriação colonial e neocolonial. Esse extrativismo, que assumiu diversas roupagens ao longo do tempo, forjou-se na exploração das matérias-primas indispensáveis para o desenvolvimento industrial e o bem-estar do Norte global. E isso foi feito sem levar em conta a sustentabilidade dos projetos extrativistas ou o esgotamento dos recursos. Soma-se ainda o fato de que a maior parte da produção das empresas extrativistas não se destina ao consumo no mercado interno, mas sim à exportação. (ACOSTA, 2016, p.50)

Sendo assim, tanto a palavra desenvolvimento quanto a extrativismo, apresentam incompatibilidade semântica<sup>8</sup> quanto à questão da aplicabilidade no meio social e/ou ambiental. Portanto, a consolidação desses conceitos se deu na estruturação do sistema capitalista e possuem caráter economicista e produtivista aliados as projeções do crescimento econômico e as suas variáveis econômicas, fatores essenciais “nos processos de mudança e de realização do bem-estar e da felicidade das pessoas” (AMARO, 2017, p.84). De forma que, esse desequilíbrio de poder, se sustenta na ideia de extração e produção, enquanto os países dominados exportavam seus recursos naturais os outros países importavam a natureza para a produção. (ACOSTA, 2016)

Este é o grande paradoxo: há países que são muito ricos em recursos naturais, que inclusive podem obter importantes ingressos financeiros, mas que não conseguiram estabelecer as bases para seu desenvolvimento e continuam sendo pobres. E são pobres porque são ricos em recursos naturais, porque apostaram prioritariamente na extração dessa riqueza natural para o mercado mundial, marginalizando outras formas de criação de valor, sustentadas mais no esforço humano do que na exploração inclemente da Natureza. (ACOSTA, 2016, p. 65)

Assim, conforme Escobar (2005) afirma, o desenvolvimento tem suas projeções

---

<sup>8</sup> A semântica dedica-se ao estudo das distintas mudanças de significado que as palavras podem ter dentro de diferentes contextos. In: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/semantica>

almeçadas do macro pro micro, abstraindo as raízes culturais, o tradicionalismo para quantificar-se em gráficos de progresso aliados a uma supremacia cultural.

Para Loureiro (2012), o progresso como forma de desenvolvimento promove o fenômeno do mimetismo hegemônico, no qual países periféricos almejam seguir os passos dos países centrais para alcançar o bem-estar social, limitando-se nessa única e exclusiva estratégia que para a autora é irreprodutível por razões como:

“i) [...] a acumulação dos países centrais processou-se com base no antigo sistema colonial, na escravidão, nas guerras de conquista e na exploração dos países periféricos e esse processo histórico não pode ser refeito pelos países periféricos nos dias atuais; ii) [...] porque o modelo de desenvolvimento adotado tem gerado mais exclusão que igualdade social, e isso vem se tornando intolerável por parte dos menos favorecidos e dos excluídos sociais; iii) [...] porque os recursos naturais do planeta tornaram-se insuficientes para garantir aos países periféricos o mesmo nível de consumo de que gozam os países centrais e, iv) [...] porque o progresso material e a elevação dos padrões de consumo processaram-se em descompasso com o desenvolvimento moral, intelectual e humano das sociedades ocidentais, o que produziu um profundo e visível hiato entre os primeiros e os últimos. Esse descompasso vem gerando incontáveis consequências perversas e danosas para um número significativo de pessoas” (LOUREIRO, 2012, p. 528).

Essa lógica perversa determinou o “paradoxo da abundância” que para Acosta (2016) corresponde a condenação daqueles países que quanto mais recursos naturais possuem, menos se aproximam do progresso dos países centrais e permanecem assim, nessa dinâmica inversamente proporcional, destinados ao “fatalismo tropical”. Essa relação centro-periferia, desenvolvidos e subdesenvolvidos é acompanhada de uma abordagem estruturalista condicionadas à Teoria da dependência a qual “argumenta que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna e não na suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos” (SILVA, 2016, p.40). Isso porque, para a Comissão Econômica da América Latina e o Caribe (CEPAL), os países periféricos possuem como sua atividade principal de produção a exportação primária - modelo herdado desde a colônia – que além de incentivar um “desenvolvimento para fora” também, necessita cada vez mais de incentivos de países de fora para manter nossa economia a partir de um sistema de “cooperação ao desenvolvimento”<sup>9</sup>, isto é, a necessidade da ajuda de países desenvolvidos numa cooperação aos países em desenvolvimento na superação das dificuldades econômicas e sociais.

Diante disso, se faz necessário refletir sobre os descaminhos do desenvolvimento e

---

<sup>9</sup> A Cooperação para o Desenvolvimento consiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades econômicas e sociais dos últimos de forma sustentável e duradoura. A cooperação significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, capacitando as pessoas e comunidades para intervirem e liderarem o seu próprio processo de desenvolvimento. In: < [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed\\_ficha\\_coop\\_desenvolv.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_coop_desenvolv.pdf)> Acesso em: 26/08/2021



pensar numa alternativa capaz de ressignificar o imaginário na defesa das raízes e na valorização da vida em harmonia com a natureza. Dessa forma, o próximo tópico irá apresentar o conceito em construção do Bem-Viver, sendo ele uma aposta em busca do novo, promovendo novos olhares sobre os entendimentos da relação da sociedade com a natureza, com o mundo e consigo mesma, através da vida em comunidade e do entendimento de sermos seres complementares à natureza, numa relação simbiótica.

### **3.2 O Bem-Viver: contexto sócio-histórico**

O Bem-Viver, segundo Acosta (2019), é resultado da tradição e resistência dos povos indígenas da América Latina. É uma proposta feita por Acosta através dos movimentos indígenas e que ganhou força maior no Equador e na Bolívia os quais incluíram esse conceito em suas constituições. Apesar de esse fato não garantir que as relações de poder sustentadas na exploração, na discriminação e na exclusão tenham terminado. Para o autor, o Bem-Viver é uma alternativa à ideia moderna do ‘progresso’, e não pretende se impor como mais um modelo de desenvolvimento e sim colocar-se como uma utopia em construção pautada no coletivo, no solidário e no sustentável. “O Bem-Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza.” (ACOSTA, p.24, 2019) [...] e “aceitar essa matriz originária, além de enriquecer culturalmente as sociedades, permitirá que comecemos a superar as práticas e as percepções racistas que temos cultivado.” (ACOSTA, p. 149, 2019). “Dessa forma, essa perspectiva não muda apenas a estrutura do modelo econômico, mas principalmente a visão de mundo, que se volta para a identidade natural dos povos indígenas, expressa por valores de harmonia e equilíbrio na comunidade”. (SILVA, p.57, 2016)

O Bem Viver se constituiu em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade. Ao mesmo tempo, é um paradigma para orientar as políticas e ações dos Estados Nacionais, que devem regular as relações sociais com o fim de diminuir as desigualdades na sociedade e melhorar as condições de vida dos economicamente vulneráveis. Nesses termos, o diálogo em torno do Bem Viver sugere repensar a própria definição de desenvolvimento, relativizando-o, a partir do entendimento de interculturalidade. (ALCANTARA e SAMPAIO, p. 237, 2017)

Diante disso, o Bem-Viver é um conceito de constantes ressignificações pois segundo Gudynas (p. 183, 2016), “ele deve ser construído de acordo com cada contexto histórico, social e ambiental.”. Também faz provocações que transcende o convencional e nos faz pensar fora da caixa e repensar novas formas de descentralização, de desurbanização e

desconcentração na intenção de descolonizar a democracia e a política formuladas para atender um sistema dominante - grifo da autora. O Bem-Viver é uma proposta de esperança para um futuro diferente, que não se consolidará com narrativas vazias e falácias mas na construção de uma nova forma de produzir abarcando as relações de cooperação e intercâmbio comunitário propiciando o necessário em termos de subsistência e rompendo com o processo de acumulação de capital. (ACOSTA, 2019)

Contudo, repensar a lógica política e começar a reconstruir a democracia desde o comunitário não é tarefa fácil, ainda mais quando o sistema dominante e alienador está consolidado há mais de 500 anos. Para Gudynas (2016) as alternativas ao desenvolvimento estão em fase de construção e isso demanda tempo, considerando que no processo de transição haverá profundas transformações no atual modo de vida da sociedade o qual deverá se sustentar nos princípios cooperativistas. Além do mais essa construção perpassará por etapas de altos e baixos até sua concreta definição tornando necessária uma base social fortalecida, democrática e não autoritária. Todo esse esforço coletivo deverá representar uma mudança radical contra o avanço das perversidades do capitalismo e do ‘progresso’. O autor defende as ideias do Bem-Viver como uma alternativa ao desenvolvimento considerando-o um movimento de “tensão com a visão dominante da modernidade eurocêntrica, mas não são um retorno ao passado, nem um conjunto de comportamentos estanques: decorrem de interações e articulações entre múltiplos saberes”. “Dessa forma, essa perspectiva não muda apenas a estrutura do modelo econômico, mas principalmente a visão de mundo, que se volta para a identidade natural dos povos indígenas, expressa por valores de harmonia e equilíbrio na comunidade.” (SILVA, p.62, 2016). Contudo, para Ibáñez (p. 313, 2016) “não é possível pensar em alternativas ao desenvolvimento se não desconstruirmos as cidades, não as reconfigurarmos, não as reabitarmos com base em outros modos de vida que convivem nelas”. Pois para o autor é necessário trazer a discussão do Bem-Viver para o cenário urbano pois não se trata de ressignificar a cidade com base na vida exclusiva das cidades, mas sim com base em estar na cidade de maneira conectada e articulada com o rural, não como separação e distância, mas como continuidades e reciprocidades complementares.

Para Ibáñez (2016) é possível compreender os debates em torno do Bem Viver a partir de algumas questões centrais como a ancestralidade, a espiritualidade, a natureza e o próprio ser humano. Considerando a mesma proposta de Acosta (2016) sobre manter uma relação harmônica do ser humano tanto com a natureza quanto com si próprio e os seus semelhantes, Ibáñez também propõe quatro tipos de relacionamento para o contexto do Bem-Viver. São eles: 1) relação seres humanos-seres humanos: o equilíbrio nessa relação entre seres

humanos resgata na história a exploração pelas quais uns submetem outros no cenário de trabalho e pode ser reavaliado a partir de princípios como o respeito mútuo, a valorização da vida em comunidade e a cooperação; 2) relação entre os seres humanos e a natureza: um dos resultados do capitalismo na busca pelo progresso e lucratividade é a acumulação a custo da natureza e romper essa barreira também é quebrar com os paradigmas do desenvolvimento pautado na relação parasitária com a floresta através de um reconhecimento natural e social como seres complementares de um ser maior e não o contrário; 3) relação homem-natureza também nas coisas, nessa relação há a crítica do consumo excessivo promovido pelo sistema hegemônico, a obsolescência programada que dá uma vida útil a um objeto e para o Bem-Viver o excesso não existe, há apenas uma relação onde tudo é vida e tem sua devida importância, e 4) relação entre os seres humanos e a dimensão espiritual, o fortalecimento do ser espiritual a partir de rituais de compartilham sentimentos, essencialidades e realidades na intenção de revelar o verdadeiro e conseguir romper com as barreiras enraizadas pelo comodismo. (ALVES, 2016)

O Bem Viver é, sobretudo, um horizonte de sentido, um indicativo de que é possível transitar para outros modos de vida e formas civilizatórias que nos permitam sair da armadilha da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, expressados, em sua forma mais radical, no capitalismo, embora não unicamente. Não se trata de um modelo ou um projeto claro, e sim de um sentido que exige capacidade de construir, inventar, criar e permitir a germinação do existente, que reconfigura a dominação de outros horizontes. Não é possível sem diversidade e pluralidade. Por isso, não permite falar de um modelo a ser seguido.

A essência do Bem-Viver é sustentada pelo fortalecimento das raízes e continuidade histórica dos legados indígenas. É sobretudo a interculturalidade e a solidariedade, tratando a diversidade como peça fundamental na reconstrução da sociedade bem como das diferentes maneiras de manter uma relação complementar com a natureza. “E, por estar imerso na busca e na construção de alternativas pelos setores populares e marginalizados, terá de se construir sobretudo a partir de baixo e a partir de dentro, com lógicas democráticas de enraizamento comunitário” ACOSTA, p.74, 2016).

Partindo dessa lógica, que a próxima seção trará o envolvimento de duas alternativas ao desenvolvimento: O Bem-Viver e o cooperativismo, movimentos semelhantes e que se complementam na busca de um futuro melhor. Considerando que o cenário do cooperativismo é construído aos moldes de um viver bem e o fortalecimento de suas bases na essência da coletividade e da solidariedade, valores imbricados na busca de uma alternativa ao desenvolvimento e a um futuro com escolhas e liberdade individual e coletiva.

### 3.3 A relação do cooperativismo no cenário de Bem-Viver

Antes de tudo, é importante salientar que o cooperativismo a partir desta seção em diante é aquele dedicado a princípios como a solidariedade, a gestão democrática e participativa, que preserva a divisão das sobras e não ao lucro de um cooperativismo encabeçado aos moldes capitalistas. Assim, a compreensão sobre o cooperativismo popular no cenário de Bem-Viver torna-se mais fluída e melhor estruturada. Partindo da construção de cenários, é possível analisarmos que o cooperativismo compactua com a realidade local criando uma interação harmônica entre produtor rural e o mercado. Essa relação é positiva pois seus efeitos são de ganhos tanto para a floresta que se mantém preservada, quanto para o produtor que consegue gerar renda a partir dessa atividade e também para o mercado que obtém produtos de altíssima qualidade e com sustentabilidade. Dessa forma, pode-se associar as ações do cooperativismo como uma reação ao capitalismo, trazendo uma nova forma de fazer economia, de valorizar o trabalho da roça e da floresta em pé, uma alternativa mais saudável e consciente ao consumo excessivo (SILVA, 2019). Neste cenário, é necessário fazer um resgate desses e de outros valores na essência da economia que aliados às práticas do Bem-Viver, constroem uma narrativa na qual o cooperativismo transforma-se em uma alternativa ao desenvolvimento, numa nova forma de pensar outra economia e outro modo de vida rumo a um envolvimento socioeconômico.

A economia solidária é um projeto concreto construído para o BEM VIVER, no qual os mercados são justos, a economia é democrática, as potencialidades das pessoas são valorizadas e, sobretudo, a liberdade prevalece. É basear a atividade econômica de produção, serviços, comercialização, finanças e consumo na democracia e na cooperação. É consumir produtos locais e saudáveis que não afetem o meio ambiente, não sejam transgênicos nem beneficiem grandes empresas. É trabalhar coletivamente de forma autogestionária, com todos os integrantes do empreendimento sendo trabalhadores e donos. É um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento que não seja baseada nas grandes empresas, e sim construída pela população tomando por base valores como solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos. (SILVA, p.36, 2019 *apud* LIMA, p.8, 2016)

Para Acosta (2019), o Bem-Viver é a segurança de um futuro melhor sem promessas de progresso ou de crescimento econômico. Nesse novo cenário em construção, a coletividade, a redemocratização e a solidariedade garantem novas relações de produção, de reciprocidade e de cooperação na intenção de tornar-se suficientemente eficiente. Assim, a ideia do Bem-Viver foge às linhas do antropocentrismo e assume os Direitos Humanos e os da Natureza como peça chave para descolonizar um imaginário colonialista e assumir uma interação harmônica (de simbiose) com a natureza. “Mais do que uma filosofia, o conceito aponta em direção a uma

mudança de paradigmas no que se refere ao modo do homem interagir com a natureza e com outros ambientes nos quais se insere”. (CARNEIRO, p. 57,2019)

Dessa maneira, “o bem viver para todos e sempre significa puxar o freio de emergência do projeto acelerado e desgovernado em curso e propor outro projeto civilizatório” (SUESS, 2010). Além disso, para Acosta (2019) o Bem-Viver não é apenas uma alternativa, mas a única via que de fato pode se contrapor ao capitalismo. O autor ainda destaca a maneira distinta e negligente que os regimes político-econômicos lidam com a questão da diversidade dos povos e com a natureza. E contrariamente a isso, o Bem-Viver aliado ao cooperativismo traz a diversidade como fundamento e a apresenta enquanto recorte dentro da luta contra o capitalismo. Considerando outras formas de se organizar social e economicamente e preservar o viver em comunidade, deixando para trás o ideário capitalista alienador que trouxe tantas promessas na forma de adjetivos cosméticos<sup>10</sup>, além de desesperança coletiva e solidão. (CARNEIRO, 2019)

A organização de cooperativas de produção agrícola familiar pode servir como apoio para manutenção das populações rurais nas suas áreas de habitação original. As cadeias produtivas familiares, desde que com o devido apoio de políticas públicas eficazes que contemplem esse segmento econômico, pode resultar na construção de uma rede de solidariedade através das quais as respectivas comunidades possam auxiliar-se mutuamente na execução de suas metas, ressignificando seu mundo, transformando suas histórias e desenhando uma nova realidade. CARNEIRO, p. 74, 2019)

Dessa forma, o Bem-Viver tem-se estruturado a partir da descolonização do imaginário capitalista concentrando-se nas bases comunitárias aliadas aos valores do cooperativismo, da tradicionalidade e do resgate cultural (GONÇALVES, 2018). E impedir a consolidação do Bem-Viver é ir contra a tradição indígena e um relacionamento recíproco com a natureza, pois hoje esses povos resistem a ameaças políticas, violências física e simbólica, expulsão territorial e discriminações quando buscam seus direitos ou até mesmo quando nem tentam manter relações com a cidade. Ainda assim, as práticas do Bem-Viver são dificultadas por essas perversidades, considerando que os indígenas são propulsores desse movimento. Para Acosta (p.24, 201) “Os indígenas não são pré-modernos nem atrasados. Seus valores, experiências e práticas sintetizam uma civilização viva, que demonstrou capacidade para enfrentar a Modernidade colonial”. E toda a resiliência cultural torna-se esperança na busca de

---

<sup>10</sup> Para Silva (2016) os adjetivos cosméticos referem-se ao revestimento do desenvolvimento de novos adjetivos, novas roupagens, sem, entretanto, romper com as questões basilares que promovem os efeitos indesejados do modelo. Ou seja, propagam uma nova forma de desenvolvimento, contudo sem mudar a essência capitalista que englobam as desigualdades e a acumulação de capital.

um modo de vida que se opunha ao modelo consumista, baseado no compartilhamento e no consumo consciente, centralizando apenas o essencial para sobreviver (CARNEIRO, 2019).

#### **4 METODOLOGIA**

Diante do referencial teórico apresentado o trabalho segue estruturado 03 (três) partes: a) apresentar as técnicas e abordagens aplicadas no estudo de caso da Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará - ACOSPER; b) uma breve exposição teórica sobre a estratégia de pesquisa e, c) a abrangência deste estudo de caso para melhor entendimento do *locus* e dos territórios de atuação da ACOSPER.

##### **4.1 Caracterização do estudo**

A pesquisa estruturou-se a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter descritiva e exploratória buscando a clara compreensão das informações e a articulação das complexidades do estudo a fim de que seja possível alcançar os objetivos propostos. Para tanto a abordagem qualitativa, enquanto método de pesquisa, não é inflexível muito menos possui uma proposta estruturada, ela estimula habilidades introspectivas como a imaginação e a criatividade para auxiliar os pesquisadores na investigação de novos enfoques (VENTURA, 2007). Nesse sentido, esse método de pesquisa requer uma perspectiva integrada de forma que o pesquisador atuante no campo considere as diferentes versões dos atores envolvidos em relação ao fenômeno estudado (GODOY, 1995).

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES, p.1, 1996)

Além disso, a pesquisa se deu de forma exploratória a qual promove a familiarização com o problema, com vistas a apresentar um fenômeno pouco investigado, propondo hipóteses ou aprimorando ideias e, de forma descritiva a qual vai relatar o objeto de estudo considerando as informações apuradas em documentos internos (GIL, 2002). Dessa forma, para Toledo e Shiaishi (2009), o método de pesquisa descritivo exploratório aliado às técnicas de pesquisas qualitativas traz à complexidade na investigação do problema, a partir da

vivência, das observações, de entrevistas e apuração de dados. Não obstante, é importante salientar que a pesquisa qualitativa possui três tipos: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia (GODOY, 1995). Contudo, para este trabalho, o estudo de caso será o principal método explorado dentre os apresentados.

E como instrumentos para a concretização do método da pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas, pesquisa de campo e pesquisa documental. Fomentando um estudo de caso amplo e complexo, valorizando as narrativas de atores essenciais na construção de uma análise sólida. Para as entrevistas foi elaborado um roteiro semi estruturado, pois assegura uma sequência lógica na dinâmica de perguntas e respostas e a entrevista aberta, nesse caso, não segue um roteiro de perguntas mas é articulada pela intuição e pela relevância da narrativa ao tema explicado (MYNAIO; COSTA, 2018). Para a concretização da pesquisa foram realizadas entrevistas tanto em um diálogo aberto com os entrevistados quanto um roteiro de perguntas respostas os quais foram aplicados dois tipos de questionários o primeiro tipo aplicado no dia 20 de setembro de 2022 com 3 entrevistados que eram algumas das principais lideranças da época de criação da cooperativa e as perguntas estavam mais voltadas ao histórico da ACOSPER, esse primeiro tipo de questionário foi aplicado nas comunidades de Vila Amazonas e Guajará, no território do PAE Lago Grande que foram as comunidade onde o movimento se iniciou. O segundo tipo de questionário foi aplicado no dia e 21 de dezembro de 2023 na cidade de Santarém/PA na sede da cooperativa com atuais presidente e vice-presidente, sobre a nova fase da ACOSPER e suas atuações e projeções tendo em vista que ambos são cooperados desde 2002 e foram eleitos na última Assembleia Geral Ordinária em março de 2022. Neste sentido, foi possível levantar informações suficientes para uma narrativa detalhada sobre sua história, visto que a cooperativa não possui seu legado registrado em nenhum documento publicado. Além disso, também foi realizada a observação participante como instrumento fundamental na pesquisa de campo, pois permitiu uma imersão na realidade do estudo de caso.

Quanto mais problemas o investigador levar a campo, quanto mais estiver habituado a confrontar suas teorias aos fatos e a considerar a importância dos fatos para a teoria, melhor capacitado estará para o trabalho (MYNAIO; COSTA, p.16, 2018).

A pesquisa de campo ocorreu no intervalo de setembro de 2022 a dezembro de 2022 e isso inclui tanto visitas às comunidades, quanto a observação dentro da rotina do escritório da cooperativa além da participação das reuniões com os parceiros e oficinas. Por fim, a pesquisa documental que foi contemplada com o acesso de ferramentas básicas de gestão estratégica como o Estatuto, a Ata da Assembleia Geral Ordinária e documentos internos os quais

auxiliaram a pesquisa na busca de dados estruturais e organizacionais. “É importante ressaltar que a análise documental pode ser utilizada também como uma técnica complementar, validando e aprofundando dados obtidos por meio de entrevistas, questionários e observação” (GODOY, p. 25, 1995).

#### **4.2 Estudo de caso único**

O estudo de caso é uma modalidade da pesquisa qualitativa, resumidamente, é a análise de uma realidade específica (GODOY, 1995). Possui como característica a riqueza descritiva das informações apuradas além de considerar a complexidade de uma realidade diversificada (VENTURA, 2007). “Desta forma, para uma apreensão mais completa do fenômeno em estudo, é preciso enfatizar as várias dimensões em que ele se apresenta, assim como o contexto em que se situa” (GODOY, p. 25-26, 1995).

No estudo de caso, o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Produz relatórios que apresentam um estilo mais informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidos pelos sujeitos, podendo ainda utilizar fotos, desenhos, colagens ou qualquer outro tipo de material que o auxilie na transmissão do caso. (GODOY, p.26, 1995)

Para Gil (2018) o objetivo do estudo de caso não está em dedicar-se para garantir as particularidades de um fenômeno, mas sim em oferecer uma visão holística do problema e constatar as influências que decorrem desse fenômeno. Segundo Freitas e Jabbour (2011), o estudo de caso permite ao pesquisador realizar uma descrição do caso a partir do aumento do seu entendimento sobre os eventos reais. Dessa forma, “o estudo de caso é o método mais adequado para conhecer em profundidade todas as nuances de um determinado fenômeno organizacional” (FREITAS; JABBOUR, p. 13, 2011).

#### **4.3 Abrangência de estudo**

De acordo com o fenômeno estudado neste trabalho, a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (ACOSPER) situa-se no Município de Santarém, estado do Pará. Sendo este “um padrão de metrópole em formação incomum, em que a diversidade socioespacial atende tanto ao perfil hegemônico metropolitano, quanto a origem amazônica ribeirinha” (GOMES et al, p.1, 2017). A cooperativa, no entanto, atua em 36



comunidades vizinhas localizadas em Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE)<sup>11</sup> e Reservas Extrativistas (RESEX)<sup>12</sup>. Essas comunidades dividem-se em 5 polos: PAE Lago Grande (figura 1), PAE Tapará e Região do Ituqui (figura 2), RESEX Tapajós e Arapiuns (figura 3). O PAE Lago Grande abarca várias comunidades das regiões do Arapiuns, Arapixuna e Lago grande, contudo apenas algumas possui cooperados da ACOSPER, são elas: Arapixuna, Dourado, Carariacá, Guajará, Lago Central, Laranjal, Piauí, Vila Amazonas e Vila Cuipiranga. Este polo é um Assentamento Ambiental Diferenciado<sup>13</sup> e foi criado em 2005 a partir da preocupação dessas comunidades em perderem suas terras para grandes setores econômicos como a soja, que naquela época expandia-se na região metropolitana de Santarém. O PAE Lago Grande tornou-se para os comunitários dessa região, uma ferramenta que proporciona segurança territorial de forma que as famílias não percam suas casas e também impede legalmente que empresas de fora adquiram ou utilizem essas terras. (FASE, 2019)

Figura 1 – Abrangência da ACOSPER no PAE Lago Grande



Fonte: ACOSPER (2021)

<sup>11</sup> Segundo a Portaria 268/1996 os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) é “a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, destinado à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executada pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas”

<sup>12</sup> Segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) a Reserva Extrativista constitui uma categoria no Grupo das Unidades de Uso Sustentável. O art. 18 a conceitua como “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade



A Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns foi criada 1997 a partir do interesse de mais de 60 comunidades em proteger as suas terras das empresas madeireiras que ali se instalavam. A criação da Resex Tapajós-Arapiuns, em fins de 1998, representou uma grande conquista, pois além dessas empresas terem sido expulsas dessas regiões também se fortaleceu a organização comunitária com a criação da associação de moradores os quais passaram a participar ativamente da gestão da Resex (FILHO, 2013). As comunidades que a ACOSPER atua nesses polos são: RESEX Tapajós (Santi, Curipatá, Anumã, Carão, Pedra Branca, Aldeia Solimões, Araçazal e Surucuá); RESEX Arapiuns (Anã, Arapiranga, Aminã, Aningalzinho, Novo Gurupá, Atrocal, São Francisco, Mucureru, São José 1, Bom Futuro e Nova Vista do Arapiuns).

Figura 3 – RESEX Tapajós Arapiuns



Fonte: ACOSPER

## **5 ANÁLISE DE RESULTADOS**

Neste capítulo, proponho fazer uma discussão em torno do objetivo geral da pesquisa, no sentido de apresentar os avanços e limitações da ACOSPER na construção de bases fortalecidas rumo ao Bem-Viver a partir da construção dos objetivos específicos da pesquisa que estão divididos em: a) Apresentar o histórico, a estrutura organizacional e as principais frentes de atuação da ACOSPER; b) Identificar os maiores desafios da ACOSPER no fortalecimento de suas bases e, c) Identificar as maiores conquistas da ACOSPER no cenário de Bem-Viver.

### **5.1 O histórico, a estrutura organizacional e as principais frentes de atuação da ACOSPER**

A ACOSPER (Associação Cooperativa dos Seringueiros, Pescadores e Produtores Rurais) iniciou suas atividades em 06 de abril de 1995 como Associação com 12 cooperados, a partir da necessidade de escoar a borracha, produto da seringueira, e de comercializar produtos da socio biodiversidade como alternativa econômica e de viés sustentável para melhorar as condições de vida das famílias extrativistas, inicialmente das regiões do Arapixuna, da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós Arapiuns e do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande da região Oeste do Pará. Foi na comunidade de Guajará (Polo Arapixuna), no ano anterior (1994) que foram tomadas as iniciativas e articulações em busca da formação de um movimento organizado. As principais demandas na época eram a comercialização principalmente da borracha e outros produtos como cumaru, cupuaçu, milho e a mandioca. A partir disso, a primeira diretoria formada foi por moradores do Guajará e Vila Amazonas (comunidades vizinhas no PAE Lago Grande) os quais lideraram a cooperativa em busca de parcerias para financiar o sonho coletivo que ali foi construído.

A primeira aliança conquistada foi com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que permitiu em 1997 a instalação da usina de beneficiamento de borracha nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), no bairro da Matinha, cidade de Santarém/PA e também com a indústria de Pneus Pirelli que fechou negócio com a ACOSPER para a compra da borracha. Os ganhos dessas parcerias promoveram junto ao apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), no ano de 2001, a construção da sede da ACOSPER na Avenida Cuiabá, S/N, no bairro da Matinha, no município de Santarém, estado do Pará - no mesmo galpão onde funcionava a usina. Em entrevista aberta com o atual vice-presidente da ACOSPER, José Maria, 58 anos, relatou que a produção crescente da borracha beneficiou cerca de 2 mil famílias. Em 2002, época que se associou na ACOSPER

chegou a gerar renda com a venda da borracha, inclusive esse foi o principal motivo que o fez tornar-se membro, pois em sua comunidade nativa, Amari no PAE Lago Grande, havia muitos seringais e enxergava a cooperativa como um meio para escoar essa produção e gerar renda para a comunidade.

Nesse mesmo ano, a ACOSPER alterou sua natureza jurídica de Associação para Cooperativa, contudo, apesar de modificar sua razão social para Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas de Santarém, foi mantida a sigla ACOSPER. Após 3 anos, houve uma reforma no estatuto e novamente a razão social da cooperativa foi alterada para Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará pois a região de atuação estava se expandindo e comunitários fora de Santarém estavam se associando, e a partir desse momento não sofreu mais alterações até os dias atuais, mantendo-se desde o início a sigla ACOSPER.

A cooperativa em seu tempo áureo com a produção e venda da borracha teve grande faturamento e, diante disso, precisou de mais suporte administrativo. Dessa forma, um representante da Pirelli que mantinha contato com os diretores da cooperativa daquela época, indicou um intermediador de São Paulo, que já havia realizado trabalhos comunitários na região, para prestar esse suporte na ACOSPER e como primeira ação planejou ampliar as atividades da cooperativa para atender uma demanda local no fornecimento de castanha de caju, esse projeto foi iniciado e acredita-se nem ter sido realizado um estudo de mercado e/ou de viabilidade econômica. Nesse sentido, a diretoria da ACOSPER na época confiou nesse projeto e então foi realizado um grande investimento em máquinas para a instalação da usina para beneficiar a castanha de caju, no entanto, o retorno desse empreendimento não supriu os investimentos realizados tendo a cooperativa que cessar com essa atividade e assumir uma dívida que a desestruturou completamente. A ACOSPER acabou acumulando uma dívida de aproximadamente 300 mil reais e estancou suas atividades passando por um período de recessão financeira entre os anos de 2007 a 2015. Além disso, segundo o seu José Maria o declínio da comercialização da borracha foi associado ao contrabando da semente da seringa para a Malásia, contudo acredita que esse fato histórico foi utilizado como pretexto para ofuscar a desestruturação da gestão administrativa da cooperativa naquela época que aos poucos foi perdendo o controle financeiro e também da qualidade da produção da borracha.

Para Alves (p.743, 2017) “a borracha brasileira caiu no marasmo econômico, e a Amazônia procurou aos poucos se recuperar através do extrativismo de produtos da terra”. Apesar desse resultado fatídico da cooperativa após tanto esforço dos comunitários em alcançarem uma estabilidade social, econômica e ambiental, seu Zé Maria, como prefere ser chamado, acredita que a ACOSPER começou a declinar quando decidiu contratar pessoas de

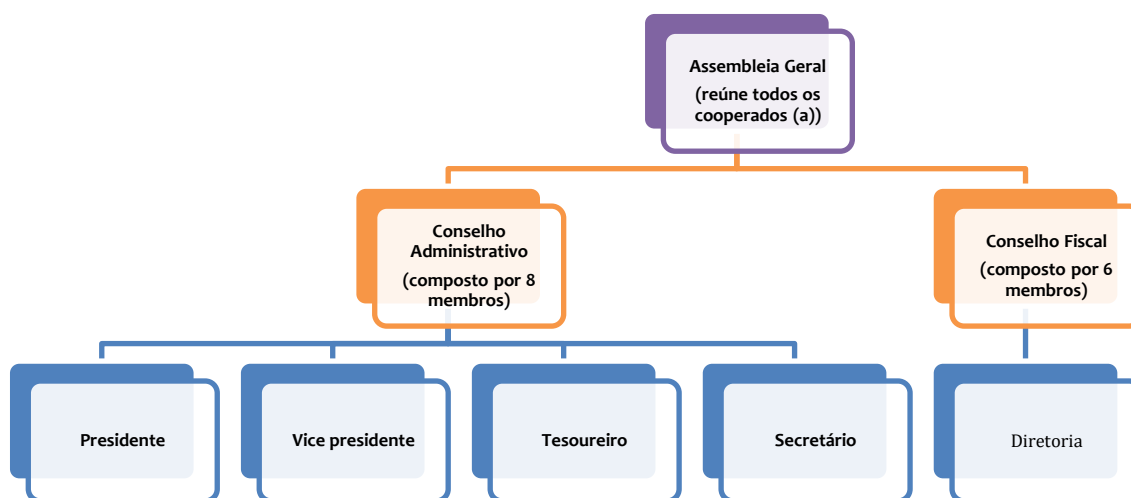
fora da realidade da cooperativa para prestar serviços administrativos e de impulsionamento do negócio, considerando que o alto faturamento da cooperativa, assim como a falta de conhecimento dos diretores no entendimento dos processos, seriam expostos.

Esse período de recessão das atividades prejudicou ainda mais a situação da ACOSPER, pois as dívidas, que não haviam sido pagas, acumulavam juros e multas e, no ano de 2015 a justiça anuncia a leilão o patrimônio da ACOSPER para quitar os débitos ativos. Então, foi realizada uma negociação junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) que foi levada para a Assembleia, na qual a cooperativa venderia uma porcentagem de suas terras para o STTR para tentar salvar seu legado e pagar as dívidas. Nesse mesmo ano, foi realizada uma campanha com o slogan “ACOSPER, sentimento de Nós” em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro para encorajar os cooperados remanescentes em busca do fortalecimento e comercialização dos produtos da floresta advindos da agricultura familiar. Assim, foi conquistado apoio financeiro do Fundo Dema que proporcionou a retomada dessas atividades produtivas e possibilitou a ACOSPER concorrer nas licitações do PNAE no município de Santarém. Apesar da cooperativa ter fornecido alimentos para a merenda escolar, não foi o suficiente para reergue-la ficando assim, adormecida até o ano de 2019 quando houve uma nova eleição.

O atual presidente da ACOSPER, seu Manoel Edivaldo, 54 anos, em entrevista semi estruturada comentou que quando entrou na diretoria da cooperativa em 2019 foi motivado pelas iniciativas criadas pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA) em parceria com o STTR, no projeto que beneficiava os agricultores familiares da região pois se sensibilizou por se identificar pela causa e por conhecer a realidade local. Dessa forma, nesse mesmo ano a ACOSPER passa por eleições e nomeia uma nova diretoria a qual o seu Manoel é eleito presidente e então firma parceria com o PSA visando revitalizar, reestruturar e reorganizar a cooperativa. Além disso, é estabelecido acordos de cooperação com o STTR e é definida a regularização fundiária do terreno da cooperativa, consolidando o título definitivo.

Apesar dos percalços enfrentados, a ACOSPER busca sua revitalização através das parcerias. Nas entrevistas realizadas com seu Zé Maria e seu Manoel, ambos expõem a importância desses laços para que a cooperativa consiga, a longo prazo, “caminhar com os próprios pés” e fazer valer o princípio da autonomia. Nesse sentido, a partir desse momento a diretoria reestruturou-se sob a liderança do seu Manoel que fomentou ainda mais a busca por parcerias a fim de não apenas desenvolver a sustentabilidade comercial das produções agroextrativistas como também estabelecer uma gestão mais organizada e com conhecimento básico sobre o cooperativismo.

Diante disso e com base no Estatuto atual (2022), sua estrutura organizacional compõe-se por um Conselho Administrativo composto por 8 cooperados eleitos em Assembleia Geral Ordinária para o cumprimento de um mandato de 3 (três) anos. Dentre os membros eleitos há também a seleção da diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, Tesoureira e Secretário, os quais assumem a Administração da cooperativa e são fiscalizados pelo Conselho Fiscal a cada seis meses durante todo o mandato. O organograma a seguir demonstra hierarquização dos órgãos sociais da cooperativa:



Elaborado pela autora (2022)

Dessa forma, a atual gestão da cooperativa é composta por 4 diretores, 6 conselheiros administrativos e 3 conselheiros fiscais eleitos na Assembleia de março de 2022, os quais reúnem-se a cada 6 meses para discutir o encaminhamento dos projetos e a organização financeira. Esta gestão reconhece a nova fase da cooperativa como uma grande realização para os produtores agroextrativistas da região e para o comércio local. Atualmente a ACOSPER se caracteriza por ser uma cooperativa singular, sem filiais, com 280 cooperados que buscam fortalecer as cadeias de valor dos produtos extrativistas e da agricultura familiar. A valorização desses produtos permeia-se no desenvolvimento e fortalecimento de modelos de gestão cooperativista, articulações para o alcance de certificações e caminhos para a comercialização. Nesse sentido, a cooperativa atua com diferentes cadeias de valor, sendo essas, melipolicultura (figura 4), restauração florestal através de sistemas agroflorestais - SAF (figura 5), óleos de andiroba e copaíba (figura 6), horticultura (figura 7), e a cadeia da borracha da seringueira (figura 8).

Figura 4 – Coleta de mel



Fonte: Autora (2022)

Figura 5 – Sistemas Agroflorestais



Fonte: Autora (2022)

Figura 6- Óleos de andiroba e copaíba



Fonte: Autora (2022)



Figura 7 - Hortifruti



Fonte: ACOSPER (2020)

Figura 8 – Extração do Látex



Fonte: Autora (2022)

Além das diferentes frentes de atuação, a ACOSPER também conta com um time de parceiros que apoiam cada cadeia a seu modo, como veremos adiante essa e outras conquistas para a cooperativa no seu processo de reconstrução.

## 5.2 As maiores conquistas da ACOSPER no cenário de Bem-Viver

A ACOSPER em sua recente reestruturação, teve apoio de parceiros e financiadores que ajudaram a acelerar esse processo. Nas entrevistas realizadas com o seu Manoel (atual presidente) e seu Zé Maria (atual vice-presidente), ambos relatam as alianças como conquistas essenciais para a cooperativa. Desse modo, a parceria mais longa e de significativa mudança para a ACOSPER foi com o Projeto Saúde e Alegria o qual apoiou financeiramente (desde o final de 2020 até o primeiro semestre de 2022), apoio educativo incentivando o processo de formação da atual diretoria, apoio estrutural com reformas e obras e ainda de forma técnica a fim de desenvolver a sustentabilidade comercial das produções agroextrativistas relacionadas a melipolinicultura (figura 9) e aos Sistemas Agroflorestais (SAF's) (figura 10).

Figura 9 – Meliponário da cooperada Rosenira na comunidade de Santa Maria do Tapará



Fonte: Autora (2022)

Com o intuito de facilitar a agregação de valor da economia da floresta de base comunitária, esta aliança promove a implementação do Ecocentro, um projeto que incentiva a intercooperação, o processamento, o armazenamento e a comercialização de produtos da socio biodiversidade, gerando renda pra comunidade, desenvolvendo o comércio local e valorizando o cooperativismo como protagonista de atividades econômicas de produção.

Figura 10 –Viveiro de mudas na Comunidade Carão, RESEX Tapajós.



Fonte: Autora (2022)

Figura 11 -Vice-presidente palestrando sobre cooperativismo na comunidade de Vila Amazonas



Fonte: Autora (2022)

Contudo as parcerias não se limitam apenas ao PSA, através da observação participativa e da análise de documentos internos como análise de projetos e planilhas financeiras foi possível constatar que a partir do segundo semestre de 2022 a ACOSPER, com o suporte do PSA para escrever projetos conseguiu apoio financeiro da Climate and Land Use Alliance - CLUA que repassou recursos para custear as despesas operacionais da cooperativa incentivando também o fortalecimento das bases a partir da realização de oficinas sobre o cooperativismo para os cooperados (figura 11). A ACOSPER também escreveu seu primeiro projeto que foi aprovado pelo Fundo Casa para auxiliar financeiramente o escoamento da borracha das comunidades até a sede na cidade de Santarém, esse projeto possui como contrapartida a parceria com a empresa francesa Veja/Vert que comprará da cooperativa a borracha nativa extraída a partir do manejo sustentável que irá compor o produto final, além do investimento na borracha, a empresa também realiza oficinas para que seu produto seja de qualidade e siga o padrão estipulado por auditoria. A seguir, as imagens mostrarão as oficinas da borracha realizadas na Aldeia Aningalzinho, RESEX Arapiuns, pelos representantes brasileiros da empresa francesa com apoio do Fundo Casa em busca de apresentar as boas práticas de manejo da borracha:

Figura 12 - Oficina sobre as práticas de extração do látex nas seringueiras da floresta, conforme as especificações da Veja/Vert.



Fonte: Autora (2022)

Figura 13 – Lideranças da Aldeia Aningalzinho, Representantes da Veja/Vert e Presidente e Vice-presidente da ACOSPER.



Fonte: Autora (2022)

Além dos parceiros apoiadores das cadeias de produção, também há aqueles que incentivam a formação de uma gestão mais esclarecida. Dessa forma, a ACOSPER participa do projeto Mulheres Empreendedoras da Floresta, iniciativa do PSA em parceria com o STTR e a União Europeia, na capacitação e empoderamento principalmente de jovens e mulheres na gestão de negócios da socio biodiversidade, além da ACOSPER outras cooperativas da região Oeste do Pará também se beneficiam do projeto. Além disso, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) que nos dias 24 e 25 de novembro de 2022 realizou uma oficina com os coordenadores das comunidades associadas a cooperativa no alinhamento para a elaboração do Regimento Interno da ACOSPER (figura 14).

Figura 14 – 1º dia da oficina realizada dia 24/11/2022 pela UNICAFES.



Fonte: Autora (2022)

Para Hoffmann (2018) o Regimento Interno é um documento que reúne regras básicas para regulamentar situações cotidianas de uma determinada empresa. É uma ferramenta de gestão que proporciona maior transparência no desenvolvimento das atividades e no exercício das funções. Dessa forma, a cooperativa está em processo de construção do seu Regimento Interno e, portanto, os atuais diretores selecionaram representantes de cada comunidade para coordenar reuniões e repassar à administração as regras que cada um acredita

como válida para ser incluída no documento. De forma democrática, todos poderão contribuir na elaboração desse instrumento e ainda incentiva a formação de líderes dentro das comunidades. Além disso, outro parceiro que também aproveitará este cenário de imersão ao cooperativismo é o SEBRAE pois ao realizar um diagnóstico na ACOSPER em prol da melhoria nos processos de gestão identificou a necessidade de apoiar a cooperativa na elaboração do seu Planejamento Estratégico em 2023, e também incentivará a capacitação desses coordenadores comunitários para tornarem-se qualificados a assumir a próxima geração de sucessores. Considerando que a partir da próxima diretoria haverá requisitos mínimos para ser eleito como representante da cooperativa, bem como ser associado, isso de acordo com o capítulo X da Minuta do Regimento Interno sobre Governança Organizacional.

Art. 21 – Para compor o quadro social e os espaços de governança os membros necessitam participar de processos formativos proporcionados pela Cooperativa ou parceiros reconhecidos pelo Conselho de Administração.

§ 1º - Para ser associado ou associada na Cooperativa o interessado ou interessada necessita participar de ao menos 16 horas de curso sobre Cooperativismo;

§ 2º - Para ser conselheiro ou conselheira fiscal o cooperado ou cooperada necessita ser sócio a no mínimo um (1) ano e ter participado de no mínimo 24 horas de curso sobre cooperativismo;

§ 3º - Para ser conselheiro ou conselheira administrativo o cooperado ou cooperada necessita ser sócio a no mínimo três (3) anos e ter participado de no mínimo 32 horas curso sobre cooperativismo;

§ 4º - Para ser Diretor ou Diretora Presidente o cooperado ou cooperada necessita ser sócio a no mínimo seis (6) anos e ter participado de no mínimo três (3) anos do Conselho Administrativo da Cooperativa e ter participado no mínimo de 40 horas de curso sobre cooperativismo.

Nesse sentido, no ano de 2022, além do grande número de parceiros e pessoas que escolheram fazer parte do projeto de reestruturação da ACOSPER, a cooperativa também garantiu outras conquistas, segundo seu Manoel algumas questões também são relevantes e resgatam na narrativa histórica a sua essencialidade para o atual momento da ACOSPER. São elas: a legalização do terreno que permitiu a segurança jurídica e o repasse de financiamentos para as obras (reforma do escritório, construção do entreposto do mel e da agroindústria de óleos e manteiga); a capacidade produtiva que esse ano foi além do esperado na coleta do mel de abelha sem ferrão (considerando que essa espécie tem uma produção menor que a abelha com ferrão)<sup>14</sup>, alcançando uma produção de 800 kg de mel *in natura*; a participação da juventude como alavanca para uma gestão mais moderna e a regulamentação da portaria

---

<sup>14</sup> Em entrevista para a EMBRAPA, Marcia Penna explica que o mel de abelha sem ferrão é mais refinado com textura e sabor diferente das Abelhas com ferrão, além da produção também ser menor e, portanto, possui um valor agregado. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/67305841/regulamentacao-valoriza-mel-de-abelhas-nativas-no-para>> Acesso em: 28/12/2022.

7554/2021 na qualidade do mel de abelha sem ferrão. Não há dúvidas que essa última conquista, trouxe benefícios para todos os melipolinicultores da região, considerando que até recentemente, no ano de 2019, o mel das abelhas nativas do Pará recebeu sua primeira certificação com o Selo de Inspeção Federal (SIF) para comercialização do produto. Segundo a portaria nº 7554 de 2021 a melipolinicultura será valorizada como atividade regulamentada pelo estado considerando o potencial produtivo na região, a diversidade de espécies de abelhas sem ferrão do estado do Pará, a crescente demanda do mercado e a inexistência bem como a necessidade de regulamentar as técnicas de controle e beneficiamento deste produto na garantia de um padrão de qualidade e na geração de renda para os povos da floresta.

Quadro 3 - Síntese dos apoiadores



Elaborado pela autora (2022)

Desta forma, como foi possível observar, muitas conquistas foram alcançadas a partir de esforços conjuntos em busca do objetivo de valorizar o cooperativismo e ancestralidade, a atividade produtiva de base familiar e os povos que se conectam com essa atividade e a preservação da floresta em pé, questões ligadas diretamente ao cenário de Bem-Viver. Para Acosta (p.24, 2016) “o Bem-Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com natureza”. Portanto, é importante o reconhecimento desse conceito por quem o pratica. Para tanto, a partir da análise de dados coletados dos roteiros semiestruturados foi possível identificar que mais da metade dos entrevistados formaram uma resposta sobre conhecer o conceito de Bem-Viver os quais associaram diretamente a conexão do ser humano com a natureza. Do mesmo modo, veremos a seguir os resultados obtidos dos questionários aplicados e pesquisa de campo em busca de identificar os desafios da cooperativa durante sua nova jornada, considerando que o Bem-Viver é um conceito em construção mesmo que sua prática seja um legado ainda vivo nas comunidades tradicionais. O próximo capítulo atentará para as dificuldades vivenciadas a partir de 2019, pois conforme histórico apresentado houveram muitos percalços os quais já foram expostos e, diante disso, se faz necessário discorrer apenas sobre os atuais desafios da cooperativa.

### **5.3 Os maiores desafios da ACOSPER no fortalecimento de suas bases**

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante as tentativas de reerguer a ACOSPER, sendo elas financeira, administrativa, comercial e social, fatores que atualmente ainda são obstáculos na construção de uma cooperativa referência na região. Em entrevista com seu Manoel e seu Zé Maria foi possível constatar que o maior desafio, esteve sempre associado, desde o início de sua formação, a falta de compreensão sobre o verdadeiro sentido do cooperativismo. Por isso, o grande objetivo da ACOSPER hoje é fortalecer suas bases, através da educação, para conseguir se reestruturar diante de uma gestão esclarecida e capaz de tomar decisões sólidas e estáveis, bem como a sua base, que são seus cooperados, ter esse conhecimento, entender os processos, não apenas os produtivos, como também seu papel quanto cooperado. Em oficina realizada na comunidade Vila Amazonas no dia 20 de outubro de 2022 sobre os princípios do cooperativismo foi possível observar um maior interesse dos participantes nas narrativas econômicas do que propriamente no conceito que estava sendo explicado. As entrevistas que foram realizadas também mostram que o entendimento sobre o cooperativismo está associado, principalmente, na comercialização dos produtos e na geração de renda. Assim como, os questionários aplicados nos atuais presidente e vice-presidente



também revelaram que o motivo para que ambos tenham se associado na cooperativa estava na questão de escoar a produção da borracha de suas respectivas comunidades. Contudo, hoje compreendem que a ACOSPER vai além desse processo, por isso, estão a reestruturando e centralizando os esforços na formação e capacitação de cooperados e diretores.

No entanto, a geração de renda é um resultado que a cooperativa proporciona aos seus cooperados, mas não deve ser tomado como único. Além disso, outro desafio que a cooperativa enfrenta é o financeiro, pois não possui um capital de giro, considerando que todas as suas entradas advêm de recursos de projetos os quais já possuem um destino estipulado. No entanto, a ACOSPER utiliza seu capital social<sup>15</sup> para comprar o mel dos melipolinicultores cooperados, nessa estratégia em parceria com o PSA, a equipe técnica da organização doa kit's com caixas, peneiras e baldes e realiza a coleta supervisionada para garantir a qualidade do produto até que os produtores se sintam seguros e independentes, e a cooperativa além de acompanhar esse processo também entra com o valor para a compra desse mel coletado. Apesar disso, a cooperativa com auxílio do PSA aguarda um fundo de crédito do Instituto Conexões Sustentáveis – CONEXSUS para que em 2023 consiga suprir essa demanda produtiva e retornar o valor para o capital social.

Outra dificuldade que foi possível observar a partir da pesquisa de campo é que a ACOSPER centraliza suas ações nas atividades de articulação comunitária, na captação de novos cooperados e na estruturação das cadeias produtivas, e acaba deixando para segundo plano o empreendedorismo do negócio. Sabendo que hoje a equipe é insuficiente para a demanda de trabalho, pois conta com 4 diretores, que trabalham mais como articuladores nas comunidades do que cumprindo o próprio papel na gestão da cooperativa, e uma engenheira florestal que, de forma técnica, acompanha o processo produtivo, realiza a tabulação e controle de dados e planeja oficinas para os cooperados. Diante do fato da diretoria ainda estar num processo de formação e capacitação através do apoio de vários parceiros e considerando que a cooperativa possui 280 membros e 5 (cinco) cadeias produtivas para acompanhar. Não há dúvidas que muito precisa ser feito e, por isso, a ACOSPER conta com apoio de várias organizações como foi mencionado no capítulo anterior, mas o anseio de todos é que a cooperativa se torne independente em suas atuações e seja uma cooperativa referência na região Oeste do Pará.

---

<sup>15</sup> Segundo o estatuto da cooperativa em seu capítulo IV o capital social é aquele representado pela quotas-partes sendo elas o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) de cada cooperado que se associa e que garante que os cooperados assumam suas obrigações perante a cooperativa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da narrativa histórico social da cooperativa ser constituída de altos e baixos, foi possível observar um sentimento em comum em toda sua trajetória: o viver pela natureza. Por mais que alguns cooperados demonstrassem que estavam apenas gerando renda através da comercialização, é possível dizer que nenhum trocaria esse modo de vida, de compartilhar e sobreviver a partir dos produtos da floresta, pela agitação da cidade. Por isso, a relação rural-urbano está cada vez mais fortalecida, pois com o crescimento da produção rural é necessário que haja a demanda da cidade, seja ela comércio local, indústrias ou mercado institucional. Além disso, mesmo que grande parte dos cooperados não tenham conhecimento do conceito do Bem-Viver, é muito provável que todos, em seu dia-a-dia, pratiquem essa modalidade que prevalece o respeito pela natureza, a solidariedade dentro das comunidades, a preocupação em preservar a cultura e as raízes, defendendo a vida tradicional. Todos esses fatores estavam presentes nas comunidades que participaram das entrevistas e pesquisa de campo e deveriam ser inspiração no repensar de valores e práticas da cultura contemporânea. Dessa forma, afirma-se o fato do Bem-Viver estar presente no cenário de atuação da ACOSPER, no entanto, é algo que ainda precisa ser explorado como forma de conscientizar a todos a busca pela valorização dessa alternativa ao desenvolvimento.

Não obstante, ainda que a cultura da soja seja protagonista na região de Santarém, o cooperativismo tem resistido. Considerando que o projeto do Ecocentro fortalecerá ainda mais a produção rural, pois proporcionará a armazenagem de polpas de frutas e produtos da horticultura em câmara frigorífica, além de fomentar a intercooperação, na intenção de que as cooperativas parceiras poderão utilizar não apenas esse serviço, mas o entreposto do mel para envasamento e armazenamento e também poderão fornecer sementes para a agroindústria de óleos e manteigas. A ideia do Ecocentro, basicamente, é ser um polo de distribuição para o comércio local e nacional, pois a logística de várias comunidades nas quais estão as sedes de outras cooperativas, acaba tornando-se inviável tanto o armazenamento quanto a própria comercialização na cidade. Nesse cenário, a ACOSPER se fortalecerá enquanto a cooperativa central nesse projeto, pois irá assumir responsabilidades com parceiros e financiadores e organizará administrativamente todos os processos necessários para a sua execução.

Diante disso, é perceptível a necessidade de uma gestão mais organizada e com conhecimentos específicos em empreendedorismo, em negócios comunitários e planejamentos. Como foi possível observar, a cooperativa não conta com uma equipe comercial e ainda está reestruturando sua gestão administrativa e financeira. Desse modo, pode-se dizer que é a atual gestão não está preparada para executar os projetos em andamento e àqueles previstos para os

próximos anos. Além do mais, em entrevista realizada com o vice-presidente, seu Zé Maria, ele relata que a atual diretoria ainda não se compreende, precisa ser mais humanizada e ter mais dedicação tendo em vista o processo de reconstrução da cooperativa. Além do fato que seus cooperados também não entendem seu papel como membros ou mesmo não tem conhecimento sobre políticas públicas básicas como o PNAE ou o PAA, essas informações foram observadas na oficina realizada pela UNICAFES em novembro quando o palestrante questionou os representantes das comunidades sobre essas duas políticas e a grande maioria ali presente desconhecia o tema. Apesar disso, o principal desafio da cooperativa hoje envolve a centralização de sua diretoria nas mobilizações e articulações nas comunidades, pois como observado 3 dos 4 diretores atuais estavam mais em campo do que propriamente no escritório da sede, isso acumula atividades administrativas que demandam tempo, concentração e organização. No entanto, deve haver a descentralização necessária para que cada um assuma, de fato, a função do cargo eleito bem como realizar uma gestão que não fuja dos princípios do cooperativismo, tendo em vista o cenário econômico graneleiro da região

Não obstante, foi possível acompanhar um pouco do processo de reestruturação da ACOSPER e imergir numa história de resistência e valorização da cultura, capazes de revolucionar nossas maneiras de pensar, nossas formas de interagir com a natureza e nossas relações humanas. A prática do Bem-Viver nessas comunidades é natural, apesar ainda de haver uma alienação econômica, os cooperados demonstraram total satisfação com a vida em comunidade. Desse modo, a ACOSPER ainda encontra-se superando a relação homem-natureza do cenário de Bem-Viver proposto por Ibáñez (2016) e partir disso estará pronta para amadurecer as outras relações e se encaminhar rumo ao Bem-Viver dos povos da floresta.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 264p, 2019. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo - duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 46-87, 2016.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento**: utopia ou alternativa possível?. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba. V. 40, p. 231-251, abril 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>. Acesso em: 02 dez. 2022.

ALVES, C. N.; CADONÁ, M. A.; FORGIARINI, D. I. Cooperativismo e Desenvolvimento Regional: uma análise do movimento cooperativista no Brasil e seu papel para o desenvolvimento regional. In: **Inovação, sociedade e desenvolvimento regional**: repercussões e contradições nos territórios. Taubaté: EdUnitau, 2021. p. 577-591. Disponível em: <https://editora.unitau.br/index.php/edunitau/catalog/view/44/37/171-1>. Acesso em: 10 out. 2022.

ALVES, C. N.; FORGIARINI, D. I. Educação Cooperativa: apontamentos iniciais para o desenvolvimento regional. In: X Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional, 2021, Santa Cruz do Sul. **Anais do X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/21370/0>. Acesso em: 10 out. 2022

ALVES, V.A. O Ciclo da Borracha na Amazônia: nas linhas da História e nas entrelinhas da Literatura. **Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da ABRALIC**, vol 1, p. 737-748. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017\\_1522171537.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522171537.pdf). Acesso em: 18 dez. 2022.

AMARO, R.R. **Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!**. Cadernos de Estudos Africanos (2017) 34, 75-111. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2335>. Acesso em: 12 nov. 2022.

AMORIM, L. C. C. Cooperativas no Capitalismo Contemporâneo: funcionalidade ao capital em seu momento de crise estrutural. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas - Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, 2011, São Luís/Maranhão. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas - Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital**, 2011. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/TRANSFORMACOES\\_NO\\_MUNDO\\_DO\\_TRABALHO/COOPERATIVAS\\_NO\\_CAPITALISMO\\_CONTEMPORANEO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/COOPERATIVAS_NO_CAPITALISMO_CONTEMPORANEO.pdf). Acesso em: 05 nov. 2022.

ARAÓZ, H.M. O debate sobre “extrativismo” em tempos de ressaca. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). In: **Descolonizar o imaginário - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 445-468, 2016.

AZERÊDO, R. F., BAGENETA, J. M., & CHRISTOFFOLI, P. I. (2018). Territorialização do cooperativismo agrário frente à consolidação do modelo do agronegócio. Estudos de casos na argentina e brasil. Pegada. **Revista Da Geografia Do Trabalho**, 19(1). Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v19i1.5417>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm). Acesso em: 23 out. 2022.

BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: perspectiva, 2007. Resenha de: CARVALHO, José Mauricio de. *Philosophos, Goiânia*, v. 22, n.1, p.249-264, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://www.resenhacritica.com.br/todas-as-categorias/o-socialismo-utopico-buber-ph/>. Acesso em: 04 out. 2022

CARNEIRO, O. J. D. O. **A cooperação como um elemento de construção do bem viver**: uma análise sobre a iniciativa solidária Nossa Polpa na Comunidade de Barra-Ichu-BA. Relatório, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, Mestrado Profissional, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana/Bahia, p. 12-110, 2019. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/1351/2/A%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20como%20um%20elemento%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20Bem%20Viver%20Uma%20an%C3%A1lise%20sobre%20a%20iniciativa%20solid%C3%A1ria%20Noss.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CASTILHA, E. D. A Evolução Histórica do Cooperativismo no Mundo. **Revista Orbis Latina**, v. 9, p. 128-142, 2019. Disponível em <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1531/1420>. Acesso em: 13 out. 22

CEMZI, N. L. A internacionalização do cooperativismo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.2, n.1, 1º quadrimestre de 2007. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica) - ISSN 1980-7791. Acesso em: 10 out. 2022.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós desenvolvimento? Conselho Latino Americanos de Ciências Sociais. Buenos Aires, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8\\_Escobar.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf). Acesso em: 12 nov. 2022

ESCOBAR, A. **O desenvolvimento e a antropologia da modernidade**. Universidade Nacional da Colômbia. Faculdade de Ciências Humanas. Bogotá. vol. 34, nº 1, pg. 271-308, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8081853.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022

ESTEVA, Gustavo. Más allá del desarrollo: la buena vida. **Revista América Latina en Movimiento**, Quito, n. 445, p. 1-5, 2009.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E COMUNIDADES DO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DA GLEBA LAGO GRANDE (FEAGLE). **Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande**: Folheto. Santarém, 2019. Disponível em: [https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325\\_folheto\\_PAEIaggrandeWEB.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325_folheto_PAEIaggrandeWEB.pdf). Acesso em: 13 dez. 2022

FERRAZ, D. A.; COSTA, C.N.M; RESSURREIÇÃO, W.C.P. Os principais problemas legais das cooperativas brasileiras e as propostas de reforma da lei 5764/71. In: **Reformas Legislativas en el Derecho Social y Solidario Iberoamericano**. Valência: Fundación Divina Pastora, 2011. Disponível em: [http://www.oibescoop.org/wp-content/uploads/2011\\_REFORMAS-LEGISLATIVAS.pdf](http://www.oibescoop.org/wp-content/uploads/2011_REFORMAS-LEGISLATIVAS.pdf). Acesso em: 19 out. 2022.

FILHO, G. C. F. Esclarecendo Terminologias: As Noções de Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador-BA, v. 3, n.5, p. 51-59, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25741/1/Terceiro%20Setor%2c%20Economia%20Social%2c%20Economia%20Solid%2c%20a%20ria%20e%20Economia%20Popular%20tra%20a%20fronteiras%20conceituais.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

FILHO, F.A.V. **Os conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a RESEX Tapajós-Arapiuns no Pará**. *Ruris* vol. 7 nº 2, 2013. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16883/11593>. Acesso em: 07 jan. 23.

FREITAS, M. L. de. **A importância do crédito rural para o agro**. Sistema OCB, Brasília, 2021. Notícias. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/noticia/22652/a-importancia-do-credito-rural-para-o-agro>. Acesso em: 31 out. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 ed. 2002. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 04 jan. 2023

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVvyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

GONÇALVES, J. **O Bem-Viver e a radicalidade de sonhar outros mundos**. Usina de valores, 2018. Disponível em: <https://usinadevalores.org.br/o-bem-viver-e-a-radicalidade-de-sonhar-outros-mundos/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GONÇALVES, G.J.C. (org.). **Entendendo a Sociedade Cooperativa**. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), 1. ed. Brasília, 2020. Disponível em: <https://api.somoscooperativismo.coop.br/portal/arquivopublicacao/arquivo/get/232>. Acesso em: 09 jan. 2023

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Agência de Defesa Agropecuária do Pará – ADEPARÁ. Portaria n.º 7554, de 22 de novembro de 2021. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade

do Mel de Abelhas Nativas Sem Ferrão (Hymenoptera, Apidae, Meliponini) no Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**. Belém, PÁ, n. °34.773, 2021. p. 50-52

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. In: **Descolonizar o imaginário - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA, J. (orgs.). Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 174-212, 2016.

HOFFMANN, F. S. **Porque toda empresa deve possuir um regimento interno?** Jus Brasil, 2018. Disponível em: <https://fredericohoffmann.jusbrasil.com.br/artigos/584702559/por-que-toda-empresa-deve-possuir-um-regimento-interno>. Acesso em: 27 out. 2022.

IBÁÑEZ, M.R. Resignificando a cidade colonial e extrativista. In: **Descolonizar o imaginário - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA, J. (orgs.). Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 297-333, 2016.

INTERNACIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. **Sobre Aliança Cooperativa Internacional**, c2018. Nossa História. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/history-cooperative-movement> Acesso em: 10 out.2022.

LACERDA, J. S. Teorias de Desenvolvimento: Reflexões sobre Origens e Apropriação em nosso contexto. In: Encontro Nacional da ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais do XXXIII Encontro Nacional da ANPAD, 2009**.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: **Descolonizar o imaginário – debates sobre pós-extrativismos e alternativas o desenvolvimento**. DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA, J. (orgs.). Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p.25-44, 2016.

LEÃO, A.S.R. Os (Des)Caminhos Desenvolvementistas na Amazônia: uma retrospectiva conceitual. In: **Na Trilha da Estrada: (des)caminhos do Plano BR-163 Sustentável como concepção para o desenvolvimento na Amazônia**. p. 82-115. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5280729#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5280729#). Acesso em: 12 nov. 2022.

LEOPOLDINO, C. J.; QUADROS, L. C. de. O Direito Cooperativo e sua normativa jurídica. **Revista Atos e Fatos**, v. 2, p. 129-157, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download/7920/6692/32753>. Acesso em: 23 out. 2022

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10101>. Acesso em: 04 dez. 2022.

MACIEL, F.B. **Encontros no lugar e o lugar dos encontros: acontecimentos no ambiente e saúde com a política de desenvolvimento regional no Médio Tapajós - Pa**. Programa de pós-graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia - doutorado acadêmico. Universidade Federal do Amazonas, 2018. Disponível em [https://drive.google.com/drive/folders/1ARZ1rv\\_nssIAnGPZKgLSU98EEt2d8mxQ](https://drive.google.com/drive/folders/1ARZ1rv_nssIAnGPZKgLSU98EEt2d8mxQ). Acesso

em: 05 dez. 2022.

MARRA, A. V. **Associativismo e cooperativismo**. Fundação CECIERJ. Rio de Janeiro, 224 p. 2016. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/578?show=full>. Acesso em: 01 out. 2022.

MURRIETA, R.S.S. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. **Revista Antropologia** – São Paulo, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011998000100004>. Acesso em: 07 jan. 2023.

MYNAIO, M.C.S; COSTA, A.P. Fundamentos Teóricos da Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, nº. 40, 2018. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/349/34958005002/34958005002.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NEVES, J.L. **Pesquisa Qualitativa: Características, Usos e Possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, nº 3, 2º sem./1996. Disponível em: [https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Cartilha **Ramos do cooperativismo**. Sistema OCB, 2019b. Disponível em: <https://api.somoscooperativismo.coop.br/portal/arquivopublicacao/arquivo/get/184>. Acesso em: 07 out. 2022.

RADOMSKY, G.F.W; CRUZ, M.J.R.; FREITAS, G.R. Pós-desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. In: **Introdução às teorias do desenvolvimento**. RADOMSKY, G.F; NIERDELE, P.A. (orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 115-123, 2017.

ROSA, R. **Regulamentação valoriza mel de abelhas nativas no Pará**. Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/67305841/regulamentacao-valoriza-mel-de-abelhas-nativas-no-para>. Acesso em: 28 dez. 2022.

ROSSI, S. K. **Cooperativismo e Políticas Públicas: entre o empresarial e o popular**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://200.17.245.250/intranet/includes/unidades/defesa/termoapr.php>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, v. I, p. 23-34, 2010. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/cooperativismo/artigos/COOPERATIVISMO%20ORIGENS%20E%20EVOLUCAO.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. SAMBUICHI, R.H.R. et al (orgs.). Brasília: Ipea, 2014, 1ed., p. 75-104. Disponível em:



<http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/bitstream/handle/123456789/478/COMPRAS%20P%C3%9aBLICAS%20SUSTENT%C3%81VEIS%20E%20O%20PROGRAMA%20NACIONAL%20DE%20ALIMENTA%C3%87%C3%83O%20ESCOLAR%20%28PNAE%29%281%29%20-%20J%C3%A9ssica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **Diversidade da produção nos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil?** uma análise econométrica baseada no cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. IPEA. Brasília, v. 2202, p. 1-42, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6678/1/td\\_2202.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6678/1/td_2202.pdf). Acesso em 03 nov. 2022.

SANTOS, P.V. **Vem cá que a sucuri tá me levando:** mediação entre humanos e não-humanos e a construção de territórios das águas na comunidade de Pixuna do Tapará (Santarém-Brasil). Mestrado Ciências da Sociedade. Universidade Federal do Oeste do Pará, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_VemC%C3%A1QueASucuri.pdf](https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_VemC%C3%A1QueASucuri.pdf). Acesso em: 07 jan. 2023.

SILVA, G.A. **Pós-Desenvolvimento:** uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.

SILVA, C. A. F. Fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 1-15, 2006

SILVA, C. A. F. Corporação e agronegócio da soja na Amazônia. **Revista Acta Geográfica (UFRR)**, v. 3, p. 29-40, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5654/acta.v2i3.186>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, W.A.D. **Reinterpretação do cooperativismo de plataforma sob a ótica do Bem-Viver**, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69523/reinterpretacao-do-cooperativismo-de-plataforma-sob-a-otica-do-bem-viver>. Acesso em: 19 nov. 2022.

SILVA, L.J.S. et al. **O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia:** a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM. *Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo*. nº. 55/2019, Bilbao, pgs. 199-226. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18543/baidc-55-2019pp199-226>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Revista Sociedade e estado**, v. 16, p. 100-112, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Xy7BmyrV8tHfwKNVhmSXFyw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SOUSA, A. M. P.; PONTES, B. S.; SILVA, M. J. S. D.; VIEIRA, T. A. Cooperativismo em Comunidades florestais na Amazônia: o que dizem os não-membros? **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc120r1vu19L4AO>. Acesso em: 14 nov. 2022

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

SUESS, P. **Elementos para a busca do bem viver** (sumak kawsay) para todos e sempre. Conselho Indigenista Missionário, dezembro de 2010. Disponível em: <https://cimi.org.br/2010/12/elementos-para-a-busca-do-bem-viver-sumak-kawsay-para-todos-e-sempre/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

TAGORE M; CANTO O; SOBRINHO M. Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para produção do açaí. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente** v. 45:194-21. Curitiba/PR, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v45i0>. Acesso em: 31 out. 2022.

TOLEDO, A.L; SHIAISHI, G.F. Estudo de Caso em Pesquisas Exploratórias e Qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **Revista FAE**, v.12, n.1, p.103-119, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/download/288/195>. Acesso em: 15 dez. 2022.

VENTURA, M.M. O Estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Pedagogia Médica - Revista SOCERJ*. 2007;20(5):383-386. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 17 dez. 2022

VIEIRA, F. M. SANTOS, V.V.B.; PIRES, V. Panorama atual do cooperativismo brasileiro: uma análise documental e de conteúdo a partir da Resolução n.º 56/2019. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, V.9, N.17, p. 1 – 28, 2022. Disponível em: DOI 10.5902/2359043262644. Acesso em: 15 dez. /2022.

ZWICK, E. 2016. Os utópicos como pioneiros da concepção cooperativista. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 16, n. 186, nov., p. 17-28. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/34085/17824/>. Acesso em:03 out. 2022

## APÊNDICE

## QUESTIONÁRIO 1

OBJETIVO: COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DA ACOSPER.

Nome: \_\_\_\_\_  
Gênero: ( ) M ( ) F Idade: \_\_\_\_\_  
Comunidade: \_\_\_\_\_ É Cooperado? ( ) Sim ( ) Não  
Município/UF: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Quando a ACOSPER foi formada?

\_\_\_\_\_

2. Quais eram as principais lideranças na época?

\_\_\_\_\_

3. Qual foi a motivação para a criação da ACOSPER?

\_\_\_\_\_

4. Nesse período quais eram as principais demandas?

\_\_\_\_\_

5. Quanto cooperados tinha inicialmente (primeiro ano)?

\_\_\_\_\_

6. Quais instrumentos participativos eram adotados para tomada de decisões? (Ex: Reuniões mensais, estatuto, ata, Assembléias, etc)

\_\_\_\_\_

7. No primeiro ano da fundação da ACOSPER, quantos cooperados/associados tinham?

\_\_\_\_\_

8. A ACOSPER recebeu financiamento/doações em algum momento? Se sim, de qual instituição ou empresa, em que período e qual o valor do recurso repassado?

\_\_\_\_\_

9. Você tem conhecimento sobre o conceito de cooperativismo?

\_\_\_\_\_

10. Você tem conhecimento sobre o conceito e as práticas do Bem-Viver?

## QUESTIONÁRIO 2

### OBJETIVO: COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE O ATUAL CENÁRIO DA COOPERATIVA

Nome: \_\_\_\_\_  
 Gênero: ( ) M ( ) F Idade: \_\_\_\_\_  
 Cargo/função: \_\_\_\_\_  
 Comunidade: \_\_\_\_\_ É Cooperado? ( ) Sim ( ) Não  
 Município/UF: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**1. Quando você se tornou cooperado da Acoper? O que motivou você a se associar?**

\_\_\_\_\_

**Como você vê a Acoper hoje comparando-a com sua história?**

\_\_\_\_\_

**2. Como atual membro da diretoria quais as principais dificuldades que a cooperativa enfrenta?**

\_\_\_\_\_

**3. O que motivou você a fazer parte da diretoria da cooperativa?**

\_\_\_\_\_

**4. Como você avalia sua trajetória até aqui como membro da diretoria?**

\_\_\_\_\_

**5. Quais foram as principais conquistas e avanços da Acoper nesses últimos 2 anos?**

\_\_\_\_\_

**6. O que você compreende sobre cooperativismo?**

\_\_\_\_\_

**7. O que você compreende sobre Bem Viver?**

\_\_\_\_\_



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
REITORIA  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECA  
BIBLIOTECA CENTRAL RUY BARATA

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

**1. Identificação do autor**

Nome completo: Bruna Gabrielle Fernandes Cunha

CPF: 014.162.742-51 RG: 6662592 Telefone: (93) 991706289

E-mail: bruna.fercunha@outlook.com

Titulação recebida: Bacharel

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

Sim  Não

**2. Identificação da obra**

Monografia  TCC  Dissertação  Tese  Artigo científico  Outros: \_\_\_\_\_

Título da obra: AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA ACOSPER - COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTA DO OESTE DO PARÁ – NA CONSTRUÇÃO DE BASES RUMO AO BEM-VIVER

Programa/Curso de pós-graduação: Programa de Economia e Desenvolvimento Regional

Data da conclusão: 26 /01 /2023.

Orientador: Profª Dr.ª Giselle Alves Silva

E-mail: giselleadm@yahoo.com.br

Examinadores: Profa. Dra. Zilda Joaquina C G Dos Santos

Prof. Dr. Raoni Fernandes Azeredo

**3. Termo de autorização**

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, na Biblioteca Ruy Barata, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Documento assinado digitalmente



BRUNA GABRIELLE FERNANDES CUNHA

Data: 04/02/2023 14:09:45-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Santarém, 06/02/2023

Assinatura do autor

**3. Tramitação**

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Responsável: \_\_\_\_\_

Siape/Carimbo